

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE NA
INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

ALESSANDRA MIEKO HAMASAKI

O QUE EDUCADORES BRASILEIROS PENSAM SOBRE O CONSUMO
DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS? UM ESTUDO PANORÂMICO
NACIONAL

Guarulhos

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE NA
INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

ALESSANDRA MIEKO HAMASAKI

O QUE EDUCADORES BRASILEIROS PENSAM SOBRE O CONSUMO
DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS? UM ESTUDO PANORÂMICO
NACIONAL

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Denise De Micheli.

Guarulhos

2019

Hamasaki, Alessandra Mieko.

O que educadores brasileiros pensam sobre o consumo de álcool e outras drogas? Um estudo panorâmico nacional/ Alessandra Mieko Hamasaki. - Guarulhos, 2019.
64 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

Orientação: Denise De Micheli.

Título em inglês: What do brazilian educators think about alcohol and other drugs? A national panoramic study

1. Educadores. 2. Escola. 3. Drogas. 4. Prevenção.

ALESSANDRA MIEKO HAMASAKI

**O QUE EDUCADORES BRASILEIROS PENSAM SOBRE CONSUMO DE ÁLCOOL
E OUTRAS DROGAS? UM ESTUDO PANORÂMICO NACIONAL.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Denise De Micheli.

Aprovado em de dezembro de 2019

Prof.^a Dr.^a Denise De Micheli
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Prof. Dr. Andre Luis Monezi Andrade
PUC - Campinas

Prof.^a Dr.^a Maria Sylvia de Souza Vitale
Universidade de São Paulo– UNIFESP

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por sua graça, por ter aplainado meus caminhos nessa trajetória e ter me fortalecido nos momentos difíceis.

À Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e professores da instituição pela rica oportunidade de poder ter participado de excelentes aulas e debates que contribuíram para minha formação acadêmica e profissional.

À professora Ph.D Denise De Micheli, coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, líder do grupo de estudos e pesquisa CIENSEA – (Centro Interdisciplinar de Estudos em Neurociência Saúde e Educação Adolescente) que orientou-me para elaboração desta dissertação com paciência e generosidade.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio concedido através da bolsa de estudos durante todo o período do curso de pós-graduação.

Aos colegas da Universidade pela parceria, apoio, dicas, compartilhamento de ideias e amizade, especialmente ao MSc. Bruno Pinheiro que me auxiliou na análise dos dados da pesquisa e ao amigo MSc. Danilo Rodrigues de Oliveira pelo incentivo.

Agradeço especialmente a minha família que compreendeu minha dedicação e investimento de tempo em leituras, pesquisas e participações em eventos durante o período do curso.

*Não foi pela espada que
conquistaram a terra,
nem pela força do seu braço
que alcançaram a vitória;
foi pela Tua mão direita, pelo Teu
braço e pela luz do Teu rosto,
por causa do Teu amor [...].
És Tu, meu Rei e meu Deus!
És Tu que decretas vitórias [...]*

(Bíblia Sagrada. Salmos 44:3-4)

RESUMO

Esta dissertação é fruto de um levantamento nacional sobre as percepções e os conhecimentos que educadores de todos os níveis de ensino têm sobre o consumo de álcool e drogas. A pesquisa buscou inter-relacionar e comparar os dados sobre as percepções dos educadores com o uso pessoal ou não e diversos aspectos como, conhecimento sobre o tema, realização de cursos, preconceitos, medos, concepções sobre legalização e descriminalização. A instituição escolar constitui-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de programas de prevenção do uso de álcool e drogas, entretanto a Educação parece não ter assumido um compromisso com o desenvolvimento dessas ações e promoção à saúde. Assim, devido a importância do tema este estudo qualitativo foi desenvolvido e contou com a participação de 1132 educadores que foram convidados a participar através de mídias sociais e e-mail. O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário elaborado pelas autoras, composto por 37 questões de aspectos sociodemográficos, profissionais, de percepções sobre uso e prevenção de álcool e outras drogas, e uso pessoal. A pesquisa foi realizada através da plataforma online SurveyMonkey e o questionário tendo sido lançado em abril de 2018 e fechado para coleta de dados em outubro do mesmo ano. Para fazer a análise dos dados foi utilizado o programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). A partir dos dados coletados podemos observar que boa parte dos educadores afirmam ter realizado cursos de prevenção, entretanto, as percepções dos educadores em relação a algumas questões apresentam opiniões divergentes quando comparadas ao grupo de educadores que fazem uso de algum tipo de substância e os que nunca experimentaram. Entretanto, em relação a opinião entre os educadores que fizeram curso e os que não fizeram são bastante semelhantes. Assim, concluímos que a desmistificação sobre a abordagem do uso de álcool e outras drogas depende urgentemente de políticas públicas eficientes; projetos que atendam ao público específico de cada comunidade e principalmente incentivo à formação inicial e continuada de qualidade para educadores atuarem como agentes de prevenção, sem medos, preconceitos ou percepções equivocadas.

Palavras-Chave: Drogas. Prevenção. Adolescentes. Educadores. Escola.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a national survey on the perceptions and knowledge that educators at all levels of education have about alcohol and drug use. The research sought to interrelate and compare the data on the perceptions of educators with personal use or not and various aspects such as knowledge about the subject, courses, prejudices, fears, conceptions about legalization and decriminalization. The school institution is a privileged space for the development of programs for the prevention of alcohol and drug use, however Education does not seem to have made a commitment to the development of these actions and health promotion. Thus, due to the importance of the theme this qualitative study was developed and had the participation of 1132 educators who were invited to participate through social media and email. The research instrument used was a questionnaire prepared by the authors, consisting of 37 questions of sociodemographic, professional, perceptions about the use and prevention of alcohol and other drugs, and personal use. The survey was conducted through the online platform SurveyMonkey and the questionnaire was launched in April 2018 and closed for data collection in October of the same year. For data analysis, the statistical program Statistical Package for Social Sciences (SPSS) was used. From the collected data we can observe that most educators claim to have taken prevention courses, however, the perceptions of the educators regarding some issues have divergent opinions when compared to the group of educators who use some kind of substance and those who never tried it. However, the opinion between the educators who took the course and those who did not are quite similar. Thus, we conclude that demystifying the approach to alcohol and drug use urgently depends on effective public policies; projects that cater to the specific public of each community and especially encourage the initial and continuing quality education for educators to act as prevention agents, without fears, prejudices or misperceptions.

Keywords: Drugs. Prevention. Teachers. Adolescents. School

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	12
Tipos de drogas e dados epidemiológicos	13
Fatores de risco e fatores de proteção para o uso de álcool e drogas	16
Prevenção do uso de drogas	18
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – PERÍODO DE MAIOR ACESSO, FREQUÊNCIA ESCOLAR E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES.	21
A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E SUAS CARACTERÍSTICAS	24
Desafios da escola na implementação de um programa de prevenção do uso de álcool e drogas	26
Formação de professores	28
1 OBJETIVOS	29
1.1 Objetivo principal	29
1.2 Objetivos específicos	30
2. JUSTIFICATIVA	30
3. MÉTODO	30
3.1 Amostra	30
3.2 Instrumentos	31
3.3 Procedimentos	31
ÉTICA	31
ANÁLISE DOS DADOS	31
RESULTADOS	32
Perfil dos educadores que participaram da pesquisa	33

Percepção dos educadores em relação à rotina escolar e como se sentem	35
Percepções de educadores sobre conhecimento em relação às drogas	36
Uso pessoal de álcool e outras drogas entre educadores brasileiros	36
Opinião dos educadores sobre diversas questões em relação ao uso de	36
drogas comparando aqueles que realizaram ou não uso de drogas	37
Consumo de álcool, tabaco e maconha entre os educadores e a	40
percepção sobre a descriminalização das drogas	
 PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES EM RELAÇÃO A DIVERSOS ASPECTOS COMPARANDO AQUELES QUE JÁ PARTICIPARAM OU NÃO DE CURSO DE PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS	 41
 DISCUSSÃO	 44
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 48
 BIBLIOGRAFIA	 50
 ANEXO 1	 56

INTRODUÇÃO

Identificar e compreender as dificuldades, medos e preconceitos existentes no ambiente escolar são de suma importância para a realização do trabalho de prevenção ao consumo de álcool e drogas na escola e a Legislação Brasileira sobre o Uso de Drogas regulamenta a formação continuada dos professores na área de prevenção ao uso de drogas, bem como a implantação de programas de prevenção (MOREIRA, SILVEIRA, ANDREOLI, 2006). Desse modo, compreendemos que a formação do educador, assim como o investimento em políticas públicas são ações essenciais para a realização de um trabalho eficaz de prevenção do uso de álcool e outras drogas.

O uso de drogas é considerado um problema social que causa grande preocupação principalmente entre profissionais da área da saúde e educação. Embora a escola apresente-se como locus de grande relevância para abordagem do tema e trabalho de prevenção devido suas características peculiares que prezam pela formação integral do indivíduo, a construção do conhecimento e desenvolvimento da autonomia (ABRAMOVAY E CASTRO 2005), quando o assunto é drogas, nota-se a falta de clareza sobre o assunto, a frustração e o sentimento de culpa entre os educadores. O tema é ignorado nos cursos de formação de professores, por isso sua abordagem traz desconforto, ansiedade e dificuldades (BRASIL, 2011). É notório que existe uma resistência e despreparo da escola para tratar temas como o uso de drogas e AIDS, além de haver escassez de trabalhos de prevenção (SOARES; JACOBI, 2000).

Existe uma maior preocupação em relação ao consumo de substâncias entre crianças e adolescentes, devido importantes estudos revelarem que o consumo precoce de drogas afeta o processo de maturação cerebral e pode ocasionar alterações no comportamento, na cognição e no emocional do indivíduo (NASCIMENTO, 2014). O VI Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas entre os Estudantes do Ensino Fundamental e Médio revelou que para muitas crianças a exposição às drogas acontece muito cedo, antes mesmo dos 10 anos de idade, sendo a maior ocorrência entre os 16 aos 18 anos. O estudo mostra que 42,4% dos estudantes brasileiros entrevistados afirmaram ter consumido álcool no anterior à pesquisa e cerca de 10% ter consumido algum tipo de droga que não fosse tabaco ou álcool (SENAD, 2010). Outro estudo importante foi realizado pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. A instituição realizou o Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (Lenad) em 2012 e constatou que mais de 1,5 milhão de brasileiros fazem uso de maconha diariamente e

62% tinham menos de 18 anos de idade quando tiveram o primeiro contato com a droga, verificou-se também que houve um aumento significativo entre os usuários adolescentes, tendo em 2006 um índice de um adolescente para cada adulto e em 2012 um índice de 1,4 adolescentes para cada adulto usuário. (BRASIL, 2016). Tais apurações afirmam a necessidade de maiores esforços para promoção à saúde e ações preventivas eficazes no combate ao consumo de álcool e outras drogas na escola.

Os professores desempenham papel importante na vida das crianças e adolescentes e suas funções envolvem dimensões que vão muito além de ensinar conteúdos, é um agente de construção e transformação. Ele estabelece relações com os alunos para auxiliá-los no processo de desenvolvimento intelectual e de habilidades, na construção do conhecimento e projeto de vida, preparando-os para exercer suas capacidades em uma perspectiva autônoma e crítica para atuar e contribuir com a sociedade, ou seja, colabora para a formação da cidadania do indivíduo, por isso, o saber docente não pode ser separado de outras dimensões do ensino. Esse saber está relacionado à pessoa, sua identidade, sua experiência de vida, história profissional, sua relação com os alunos e com os outros atores que atuam na escola (TARDIF, 2002).

CONSUMO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

No meio científico há um consenso de que existem múltiplos fatores que levam os indivíduos ao uso e abuso de drogas que estão relacionados principalmente à curiosidade, influência de grupos, pressão ou isolamento social, baixa autoestima, busca de prazer, além de problemas familiares. Isto é, as escolhas dos indivíduos estão sujeitas a fatores internos e externos que influenciam suas atitudes diante do consumo de drogas (SCIVOLETTO & MORIHISA, 2001).

A história da humanidade revela que a busca pelo prazer e a redução de sofrimento através do uso de substâncias capazes de alterar o estado psíquico do indivíduo sempre existiu, assim, a Educação não pode negar essa realidade, mas sim procurar compreendê-la e formar pessoas que saibam conviver com ela de forma crítica, fazendo escolhas conscientes e autônomas. Afinal, o proibicionismo e os métodos que se valem de autoritarismo e moralismo não são eficazes como princípios educacionais e/ou preventivos. Ou seja, a prevenção deveria estar focada em promover nos indivíduos uma formação para o autoconhecimento e dos

problemas do mundo, com prioridade para uma redução de vulnerabilidades em relação ao uso nocivo das drogas (BRASIL, 2013).

Tipos de drogas e dados epidemiológicos

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) droga “é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento” (BRASIL, 2013). São chamadas drogas psicotrópicas e podem ser classificadas em lícitas e ilícitas e divididas em três grupos: depressoras, estimulantes e perturbadoras. As drogas podem causar tolerância e dependência e alterar o estado fisiológico, o comportamento e a cognição do indivíduo, levando-o a priorizar o uso em detrimento da realização de atividades que antes tinham maior valor. (BRASIL, 2014).

As drogas perturbadoras, também chamadas de alucinógenos e/ou psicodélicas são substâncias que de forma qualitativa alteram a percepção do usuário. Ela distorce o funcionamento cerebral e faz com que o indivíduo perceba as coisas de modo deformado, dentre as substâncias estão alguns medicamentos e plantas, a maconha, o êxtase, o LSD-25, os cogumelos. As drogas estimulantes são substâncias que aumentam a atividade cerebral, fazendo com que o indivíduo fique agitado, inquieto e sem sono, fazem parte desse grupo a cafeína, a nicotina, a anfetamina e a cocaína. As drogas depressoras são substâncias que diminuem a atividade cerebral fazendo com que o indivíduo apresente desinteresse em realizar suas atividades, aparentando estar mais lento, “desligado”. Enquadram-se nesta classificação os inalantes e solventes, os ansiolíticos, os barbitúricos, os opiáceos e principalmente o álcool (CEBRID, 2012).

No ano de 2010 a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) realizou uma pesquisa entre os estudantes brasileiros sobre o uso de drogas. Mais de 50 mil crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos de idade de escolas públicas e privadas de todas as 27 capitais do Brasil foram entrevistados e constatou-se que a droga mais consumida entre essa população é o álcool, sendo 59% os que afirmaram já ter experimentado (BRASIL, 2016).

A SENAD lançou em 2010 em parceria com o GREA-FMUSP o I Levantamento Nacional sobre o uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras um estudo que demonstrou que a substância mais consumida entre este grupo foi a

bebida alcoólica (80%) em algum momento da vida e a proporção de consumo encontrada foi um para um entre homens e mulheres. Entretanto, verificou-se que os homens consomem com maior frequência e quantidade. Além disso, a pesquisa apontou para maior frequência do consumo de álcool para os universitários em comparação a população geral. Entre os entrevistados 36% relatou ter consumido algum tipo de droga ilícita, sendo a maconha a mais consumida (14%). Verificou-se também maior frequência de consumo de drogas ilícitas no sul e sudeste do Brasil (ANDRADE, 2010).

As bebidas alcoólicas são comercializadas legalmente no Brasil, assim como em muitos outros países e pesquisas têm demonstrado que o consumo abusivo de álcool está relacionado a problemas pessoais e sociais, ocasionando prejuízos à saúde; envolvimento em acidentes de trânsito; problemas relacionados ao trabalho; envolvimento em brigas e atos violentos - especialmente em relação à violência doméstica (BRASIL, 2016).

O álcool é a droga psicotrópica mais consumida em todo o mundo. É uma substância depressora do sistema nervoso central que tem efeitos diversos, de acordo com a idade, peso, sexo, tipo de bebida ingerida, velocidade do consumo, nível de tolerância, presença de alimentos no estômago ou não, alterações no metabolismo. Graves consequências de ordem psicológica, orgânica e social podem ocorrer caso o uso seja frequente e/ou excessivo. A passagem do consumo moderado em ocasiões sociais para o alcoolismo é sinalizada por fatores que demonstram prioridade em relação ao comportamento de beber em detrimento de realizar outras atividades em que não é possível consumir bebida alcoólica. Os usuários regulares desenvolvem tolerância à bebida e tem necessidade de doses cada vez maiores para sentir o efeito obtido no início do consumo. A explicação para essa progressão é o fato de que com a regularidade da ingestão o indivíduo acaba se tornando menos sensível aos efeitos do álcool. A suspensão do consumo é manifestada através de tremores, irritabilidade, insônia, sudorese, taquicardia, até convulsões e alucinações. Esse processo é chamado de abstinência (SILVA, 2011).

De acordo com a (OMS) cerca de 43% da população mundial de pessoas com 15 anos ou mais consomem álcool e a média de consumo no período de 12 meses é de 6,4 L de álcool puro por pessoa. Os dados epidemiológicos divulgados pela Organização demonstraram que no Brasil, cerca de 40% consumiram álcool (considerando os padrões de idade e período) e apontam para um maior consumo entre os homens 57%, e para as mulheres, 27,3%. Os índices sugerem uma redução, comparada ao consumo no ano de 2010 que era de 8,8 L por pessoa, sendo 7,8L em 2016. Entretanto, observamos que o consumo está acima da média

mundial. As bebidas destiladas são as mais consumidas no mundo 44,8%; seguida da cerveja 34,3% e vinho 11,7%. No Brasil, o consumo de cerveja é de 62%, bebidas destiladas 34% e vinho 3% (OMS, 2018).

O uso abusivo de álcool em longo prazo pode causar prejuízos à saúde e configura-se como um fator de risco para morbidade, incapacidades e mortalidade, haja vista que no ano de 2016, o consumo de álcool esteve relacionado a 3 milhões de mortes em todo o mundo, o que equivale a 5,3% das mortes no mundo. No Brasil, o consumo de álcool esteve associado a 69,5% dos casos de cirrose hepática em homens e 42,6% em mulheres, 36,7% e 23% dos acidentes de trânsito, 8,7 % e 2,2% dos casos de câncer – respectivamente, em 2016. Além disso, estima-se que 4,2% dos brasileiros enquadram-se em critérios de abuso ou dependência. O Beber Pesado Episódico (*binge drinking* - BPE), padrão de consumo equivalente a cerca de 5 doses ou mais de álcool em uma única ocasião (60 gramas ou mais de álcool puro consumido ao menos uma vez ao mês) está associado à violência e acidentes. No mundo, o BPE apresentou diminuição de 22,6% em 2010 para 18,2% em 2016. Entretanto, o Brasil apresentou um aumento significativo desse padrão de consumo, afetando 12,7% da população com 15 anos ou mais em 2010 e 19,4% em 2016 (OMS, 2018).

Nos anos 90 a Rússia vivenciou sérios problemas relacionados ao consumo de álcool da população. Entretanto, a Federação reformulou suas políticas de saúde e adotou medidas de prevenção e controle de doenças para reduzir o uso nocivo do álcool. Foram adotadas medidas importantes, como: o controle do sistema de produção, distribuição, venda e restrições de venda em determinados locais públicos; restrições para venda de bebidas que contenham mais de 15% de teor alcoólico e preço mínimo para as bebidas de teor acima de 28% de álcool; proibição de veiculação de propagandas em transportes públicos, internet e mídias eletrônicas e impressas; aumento na taxa de impostos; adoção de programa para redução de danos e prevenção do alcoolismo; implementação de sistema de tratamento para transtornos relacionados ao uso de álcool e drogas; tolerância zero para beber e dirigir veículos automotores; maior fiscalização, punição e responsabilidade criminal para reincidentes no caso de venda de bebida alcoólica para menores de idade. Com tais medidas implementadas, o país obteve redução de 3,5L de álcool puro por pessoa entre o ano de 2007 e 2016, além de queda nos casos de psicoses alcoólicas, queda da taxa de mortalidade de homens, diminuição da dependência e outras doenças relacionadas ao consumo do álcool. (OMS, 2017).

No ano de 2017 a Organização Mundial de Saúde (OMS) realizou um Fórum com o intuito de avaliar os resultados da implementação das ações da Estratégia Global para

Redução do Uso Nocivo de Álcool, feita em 2010. O questionário tratava do progresso na política de álcool (2015) e foi respondido por 138 países (CISA, 2017).

Os resultados mostraram que campanhas de conscientização, por si só apresentam mudanças de comportamento pouco relevantes, mas quanto à disponibilidade da bebida e a relação entre álcool e direção houve avanço. Além disso, a pesquisa apontou para uma falta de sistemas de monitoramento e problemas com dimensões culturais do consumo de álcool (CISA, 2017).

A dependência caracteriza-se pela dificuldade que o indivíduo tem de parar ou diminuir o consumo; apresenta fenômenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos que levam o sujeito a priorizar o uso de drogas em detrimento de outras atividades; além de demonstrar um desejo irresistível e emergencial de consumir a substância (BRASIL, 2014).

A dependência é definida como uma desordem crônica caracterizada pela busca e uso de drogas, pela perda de controle na quantidade de droga ingerida e pelo desenvolvimento de um estado hedônico negativo quando o indivíduo está privado de seu uso (DE MICHELI, 2014, p. 33).

Diante dos dados apresentados é notório que o trabalho de prevenção é imprescindível, assim como, identificar quais são os fatores de risco e os fatores de proteção para o consumo de álcool e outras drogas.

Fatores de risco e fatores de proteção para o uso de álcool e drogas

Existem diversos fatores que são considerados de risco para o uso de drogas e outros que favorecem a proteção ao consumo. Os fatores de risco são situações que afetam o indivíduo de forma negativa tornando-o mais suscetível a experimentar e abusar no consumo de drogas. Já os fatores de proteção, estão relacionados à redução do potencial do consumo abusivo e favorece o aumento de resistência à experimentação (DIEHL, 2014).

De acordo com a (OMS) existem fatores que podem contribuir para o uso de drogas, como, não ter informações adequadas sobre as drogas; estar insatisfeito com a qualidade de vida; ser pouco integrado na família e na sociedade e, ter fácil acesso às drogas (BRASIL, 2013). Ademais, independentemente da situação econômica do indivíduo, aspectos como, sofrer discriminação, fracasso ou exclusão escolar, vivenciar conflitos familiares e/ou algum

tipo de violência, inclusive doméstica, falta de supervisão dos pais, assim como de regras e disciplina, ser incompreendido, abandonado, ter baixa autoestima, falta de autoconfiança, dificuldade de tomar decisões, fatores biológicos, falta ou afastamento de atividades sociais, esportivas e comunitárias, falta de um projeto de vida, ter relação com indivíduos que fazem uso de substâncias, podem tornar o indivíduo mais vulnerável a apresentar comportamentos de risco sobre o consumo de álcool e outras drogas, isto é, esses aspectos constituem-se como fatores de risco para o uso de álcool e drogas. Além disso, o uso de substâncias na adolescência predispõe a problemas de disciplina e desempenho escolar, envolvimento em brigas e discussões com os pais, iniciação sexual precoce, assim como gravidez, envolvimento em acidentes de trânsito, e tentativas e/ou prática de suicídio, envolvimento com a criminalidade e alto risco de dependência (DIEHL, 2014).

Os fatores de proteção estão relacionados à redução do potencial de abuso de drogas e da resistência à experimentação. Assim, são aspectos importantes: a autoestima elevada; desenvolvimento de habilidades para resolver problemas; ter vínculos sociais, inclusive religiosos; ter competências social e emocional; ter bom relacionamento familiar; fazer parte de um ambiente familiar acolhedor que proporcione envolvimento e participação dos educandos em decisões que concernem à escola (DIEHL, 2014). Os resultados de um estudo de revisão sistemática realizada com crianças de diferentes classes sociais e etnias que foram expostas a significativas situações de estresse demonstraram que o fracasso escolar, o abuso de drogas e a delinquência juvenil foram evitados por motivo de alguns fatores-chave como, o relacionamento afetivo significativo com pelo menos um adulto, estabelecimento de comunicação clara e altas expectativas para a criança e oportunidade de participação e contribuição para o meio social (BRASIL, 2014).

A promoção à reflexão e disponibilização de ferramentas que os adolescentes sejam capazes de se desenvolverem de maneira saudável configura-se como ações de proteção, sendo assim a escola apresenta-se como local ideal para o desenvolvimento de ações preventivas (OPAS, 2001).

Prevenção do uso de drogas

A prevenção do uso de drogas tem a finalidade de promover a saúde e evitar que o indivíduo consuma álcool e/ou outras drogas (BRASIL, 2014). De modo geral, os esforços aplicados em prevenção buscam retardar o consumo ou evitá-lo (DIEHL, 2014).

A prevenção ao uso de álcool e outras drogas é uma ação que se reveste de grande complexidade, pois, ao mesmo tempo em que se refere a dimensões da intimidade da vida privada, envolve a sociedade como um todo (BRASIL, 2014).

De acordo com cientistas, especialistas e a Organização das Nações Unidas (ONU) os problemas relacionados ao uso de drogas só terão uma diminuição quando houver apoio às famílias, solidariedade social e redução das desigualdades (BRASIL, 2016). A vulnerabilidade física, psicológica e social são características do período da adolescência que são decorrentes das transformações que dão origem a comportamentos que exigem atenção especial não só da família, mas dos amigos, dos profissionais da educação e da saúde para lidar com os desafios que se interpõem durante a adolescência. As desigualdades sociais propiciam marginalização, exclusão e perda de direitos fundamentais, situações estas que estão repousadas sobre a vulnerabilidade social (ABRAMOVAY, 2002). Além disso, a integração de diversos profissionais e seus saberes específicos propiciam ações mais planejadas entre os educadores e vários segmentos da própria escola. Além disso, a reflexão do professor sobre a relação que ele próprio tem com as drogas é um aspecto importante a considerado pois muitas vezes, o consumo de drogas na própria família faz com que ele seja levado a negar e não querer admitir o problema. Assim há uma identificação inconsciente da semelhança com a situação de um aluno que consome drogas ou com um indivíduo próximo (BRASIL, 2014).

A maior parte dos modelos de ações de prevenção do uso de drogas são organizados a partir da postura de “guerra às drogas”. Este modelo defende a completa erradicação do consumo, inclusive do uso médico, social ou em rituais (BRASIL, 2013). De modo geral, os modelos de prevenção estão divididos em duas abordagens bastante distintas: a “Guerra contra as drogas” (GD) que justifica uma educação preventiva para uma sociedade sem drogas baseada no proibicionismo e amedrontamento, de caráter repressor e a “Prevenção Baseada na Redução de Danos” (RD) que defende uma educação baseada na ampliação e aprofundamento de informações e conhecimentos sobre o consumo de drogas, o fortalecimento afetivo dos

indivíduos, assim como o desenvolvimento da capacidade de escolha e ciência sobre as consequências do consumo. Essa abordagem tem foco no indivíduo, em sua cidadania e sua dimensão biopsicossocial, isto é, a droga não é o foco central (PLACCO, 2011).

O modelo de Redução de Danos (RD) tem sido considerado promitente por pesquisadores. Destacam-se alguns modelos, como o de “Oferecimento de Alternativas” em atividades que exploram a Arte e o esporte; o modelo de “Educação para a Saúde” que orienta sobre os riscos do uso de drogas, prática sexual segura, atividades que evitam o estresse e orientação para alimentação saudável; o modelo de “Modificações das Condições de Ensino” que recomenda envolvimento dos pais, assim como, da comunidade, intervenções precoces, acentuadas e constantes (MOREIRA, 2006). Há ainda, o modelo de “Treinamento para resistir” que procura desenvolver habilidades para resistência de ofertas, convites, pressões de grupos e da mídia para a experimentação; o “Treinamento de habilidades pessoais e sociais” que busca desenvolver competências como, buscar amizades saudáveis e saber lidar com a questão da timidez; “Educação para o conhecimento científico” que oferece informações e orientações para tomada de decisões conscientes (entretanto, é necessário ter bom senso porque informações em excesso podem despertar a curiosidade dos jovens); o modelo de “Pressão positiva” que consiste em identificar jovens líderes natos e treiná-los para desenvolver ações de prevenção com os pares; “Educação afetiva” que estimula e valoriza a autoestima, a capacidade de lidar com a ansiedade, procura desenvolver a habilidade de decidir, comunicar-se, relacionar-se com o grupo e resistir às pressões (modelo alicerçado na crença de que a saúde emocional e psicológica são fatores de proteção); o modelo de “Modificações das condições de ensino” que visa à formação integral dos jovens e sugere modificações das práticas educacionais, melhoria do ambiente escolar, incentivo à responsabilidade social, envolvimento de pais e inserção da abordagem do tema drogas em sala de aula (DIEHL, 2014).

Os programas de prevenção de drogas que têm maior efetividade são aqueles em que os indivíduos têm a chance de exercitar maneiras de lidar com os desafios normais de sua faixa etária, como: vencer a timidez, aprender a se comunicar, agir diante de agressões, tomar decisões na vida pessoal e escolar. Um exemplo de projeto interessante é o Life Skills Training - LST (Treinamento das Habilidades de Vida). O projeto envolve professores e alunos em discussões sobre os desafios afetivos e emocionais e os impele a buscar maneiras de lidar com ela. Assim, são propostos por Gilbert Botvin e outros, da Cornell University, três eixos de atividades com foco no desenvolvimento de habilidades sociais, como:

“Autogerenciamento” - analisar a autoimagem e seus efeitos no próprio comportamento, estabelecer objetivos pessoais de vida e monitorar o andamento, identificar comportamentos e decisões tomadas que sofreram influência de outros, analisá-las e aprender com elas, mensurar a consequências de atitudes e comportamentos antes de adotá-los; “Habilidades sociais gerais” - colabora na superação da timidez e dificuldade na comunicação, recusa de convites, favorece o reconhecimento de alternativas que podem ser passivas ou agressivas diante de situações difíceis e “Habilidades de resistir às drogas” - auxilia os indivíduos a reconhecer informações deturpadas, míticas e concepções equivocadas sobre as drogas e lidar com as pressões dos amigos e da mídia (BRASIL, 2011).

Algumas experiências demonstram alguns princípios que são eficazes na abordagem do tema drogas com os alunos, como, apresentar informações fundamentadas de modo isento, sem amedrontar ou exagerar nos dados sobre os efeitos do consumo; na abordagem sobre os riscos do uso, prestar informações reais e não generalizá-las fazendo uma abordagem que inclua todas as drogas em um mesmo patamar; na discussão sobre os motivos pelos quais os indivíduos usam drogas, discutir sobre alternativas e atividades que poderiam ter sido escolhidas ao invés do uso de drogas; tentar envolver os alunos, ouvir suas opiniões (BRASIL, 2011). Lembrando que, como afirma Almeida (2002), ninguém promove a aprendizagem de conteúdos que não domina tampouco constitui significados que não possui.

“A partir da discussão de especialistas de vários países, convocados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) acerca das abordagens preventivas ao uso de drogas, a escola passou a ser o espaço privilegiado para o desenvolvimento de atividades preventivas, visando à educação para a saúde, visto que uma parcela significativa da população passa por ela em uma idade e em circunstâncias altamente favoráveis” (COSTA & GONÇALVES, 1988 citado em MOREIRA, SILVEIRA & ANDREOLI, 2006).

A busca pelo consumo de substâncias que alteram o estado psíquico com a finalidade de reduzir o sofrimento e aumentar o prazer é antiga, não tem como negar esta realidade, mas temos sim o grande desafio de compreender e contribuir para o desenvolvimento de indivíduos aptos a fazerem escolhas conscientes e autônomas. Afinal, o proibicionismo é o método menos eficaz considerando os princípios da educação e saúde (BRASIL, 2013).

Para Cruz (2002) o fato da prevenção do uso de drogas apresentar-se como uma atividade isolada e desintegrada do planejamento global, sendo abordado pontualmente em

datas específicas e esporadicamente em eventos, geralmente, por meio de palestras, colabora para um eminente fracasso no trabalho de prevenção, pois tal abordagem deve ser permanente nas escolas e reconhecida como um processo educacional.

O trabalho de prevenção do uso de drogas busca mudanças de fatores pessoais, sociais e ambientais que podem concorrer para retardar o consumo de drogas e/ou evitar que o consumo cause problemas ou danos ao indivíduo (DIEHL, 2014). A prevenção é também fruto de comprometimento, cooperação e parceria entre diversos segmentos da sociedade e dos órgãos governamentais de todas as esferas tendo como perspectiva a construção de redes sociais que busquem melhores condições de vida e promoção à saúde (BRASIL, 2019).

A instituição escolar configura-se como um ambiente estratégico para ações de prevenção do uso de drogas. Neste ambiente concentram-se jovens que se encontram em possíveis situações de risco e envolvimento em problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas (SILVA & DE MICHELI, 2011).

Vale destacar que o trabalho de prevenção do uso de álcool e outras drogas realizado nas escolas não alcança toda a população de crianças e adolescentes. O Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras demonstrou que 40% da população de crianças e adolescentes entrevistados estavam fora da escola, por isso considera-se a necessidade de implementação de políticas de inclusão dessa população em idade escolar e políticas públicas voltadas para o trabalho de prevenção fora da escola, também, podendo ser desenvolvido em comunidades, associações e programas de saúde da família (NOTO, 2003).

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – PERÍODO DE MAIOR ACESSO, FREQUÊNCIA ESCOLAR E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES.

A adolescência é um período da vida de grandes oportunidades, em geral, é marcado por relacionamentos conflituosos com figuras de poder e, para muitos, iniciação no mercado de trabalho. Por isso, é necessário compreender esse indivíduo que passa por um processo social e histórico, assim como, entender que seu desenvolvimento depende de diversos fatores, como a classe social a que pertence, o gênero, a etnia e a cultura (FRASSETO & JIMENEZ, 2015).

“O desenvolvimento humano é um processo biopsicossocial, global e contínuo de transformação da pessoa e seu grupo ao longo de sua vida” e a adolescência, uma fase de transição da infância para a vida adulta em que acontecem importantes alterações biológicas, cognitivas, sociais e emocionais (BRASIL, 2014). Não há um consenso sobre o período específico que determina a fase adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, documento alicerçado na proteção integral das crianças e adolescentes, em seu Art. 2.º considera adolescente o sujeito quem tem entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 2008). A Organização Mundial de Saúde (OMS) entende que a adolescência se apresenta entre 10 e 19 anos de idade e a Organização das Nações Unidas (ONU) acredita que o período da adolescência da-se entre os 15 e 24 anos de idade. Nesse sentido, De Micheli et al., (2014), consideram difícil a delimitação da adolescência justamente porque o processo de maturação continua até aproximadamente a terceira década da vida.

Quanto ao uso de substâncias na adolescência, estudos revelam que o consumo por familiares, a baixa percepção de apoio familiar, inexistência de prática religiosa e pouca prática de atividades físicas corroboram para baixa qualidade de vida. Em contrapartida, percebe-se um aumento de comportamentos de risco e incidência de fatores de risco relacionados ao consumo de drogas (GUEDES, 2011).

O período da adolescência é marcado por características de vulnerabilidades e entre as principais causas que afetam crianças e adolescentes estão os problemas relacionados ao alcoolismo, falta de serviços públicos, espaços de lazer, trabalho e prostituição infantil e conflitos entre os casais, devido ao fato de presenciarem violência intrafamiliar (SIERRA & MESQUITA, 2006). Em consequência de uma maior vulnerabilidade entre crianças e adolescentes, o Governo Federal definiu para o período de 2016 a 2019 alguns objetivos para o Plano Plurianual (BRASIL, 2016), como:

[...] prevenir e retardar o uso de drogas lícitas e ilícitas, principalmente entre crianças, adolescentes e jovens; ofertar cuidado e ações de reinserção social para pessoas que têm problemas com álcool e outras drogas e apoiar as famílias para lidar com as consequências do uso de drogas (BRASIL, 2016).

Basicamente, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade são aquelas que vivem as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e exclusão social; da falta de acesso aos direitos básicos, como educação, saúde, alimentação, trabalho, lazer e cultura; da falta de recursos materiais essenciais para viver; da falta de vínculos afetivos na família e outros espaços importantes; da introdução precoce ao mundo do trabalho e falta de

perspectiva ao acesso no mercado formal, do ingresso em trabalhos desqualificados e da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas e projetos para o futuro; de índices elevados de evasão escolar e repetência; da oferta de aproximação ao consumo e tráfico de drogas; além do acesso e uso de armas de fogo (ABRAMOVAY, 2002).

Na adolescência, transformações cerebrais subsidiam o comportamento dos indivíduos proporcionando o desenvolvimento de habilidades para solucionar problemas de maior complexidade de forma madura. A região do cérebro responsável por funções mais complexas e por “funções cognitivas e emocionais mais elaboradas e reguladas como planejamento, regulação dos impulsos e emoções, raciocínio crítico” é uma das últimas a amadurecer (De Micheli et al., 2014). Isto é, mudanças ocorrem no sistema de recompensa e na capacidade de pensamento abstrato, impulsionando os adolescentes a abandonarem os modos infantis e despertando interesse por música, esportes, religião, filosofia entre outros. Devido a estas transformações, os adolescentes tornam-se mais impacientes e buscam satisfação e prazer em realizar e envolver-se em novas atividades, fazer novas amizades e até correr riscos. Dentre um dos comportamentos adotados pelos adolescentes encontra-se o abuso de drogas, a prática de sexo sem proteção e causar danos a si e ao próximo, muitas vezes expondo-se a risco de morte (DE MICHELI et al., 2014). Nesse processo de transformação física, intelectual e emocional os adolescentes podem apresentar comportamentos de risco a sua própria integridade física e emocional (SCHWARTZMANN, 2003). Anualmente, cerca de dois milhões de adolescentes em todo o mundo, morrem em decorrência de acidentes de trânsito, suicídios ou homicídios, relacionados ao consumo de álcool e drogas ilícitas (WHO, 2011).

Em busca de identidade própria e independência, o adolescente reflete a ânsia por ser visto como pessoa autônoma e adulta tendo como base os modelos de comportamento disponíveis no ambiente que vivem e acabam buscando novos modelos, especialmente em outros adolescentes, sendo na maioria das vezes, seus pares. Nessa escolha, a pressão do grupo, representações de ídolos, assim como os exemplos familiares que tiveram na infância podem ser significativos. Na sociedade atual, o modismo estabelece condutas e reflete tendências e os jovens estão suscetíveis e prontos a aderirem essas tendências. São como “*esponjas*” que podem absorver tanto aspectos positivos, como negativos do ambiente, dependendo do significado que aquele comportamento representa a ele (SILVA, 2011). Portanto, a adolescência é um período considerado delicado, especialmente referente ao desenvolvimento das competências pessoais e interpessoais (SCHENKER; MINAYO, 2004).

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E SUAS CARACTERÍSTICAS

A instituição escolar apresenta-se como um espaço privilegiado para a abordagem e trabalho de prevenção do uso de álcool e outras drogas. Entretanto, os educadores encontram diversos desafios para atuar na prevenção, como questões pessoais, falta de conhecimentos específicos, metodologias para abordagem do tema, preconceitos e valores morais, dificuldade de articulação e integração de projetos na escola, falta de apoio das instituições, escassez de tempo devido às demandas escolares e carência de recursos pedagógicos que contribuam nos projetos de prevenção (MOREIRA et al., 2015).

A Inter-relação entre diferentes setores da sociedade é prevista em diversos documentos. Quanto à prevenção do uso de drogas, é reconhecido os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento que norteia as instituições escolares em relação ao currículo escolar que entre os Temas Transversais, considera a abordagem de questões que contemplam a área da Saúde (BRASIL, 1997), bem como a Política Nacional Sobre Drogas que entende que a prevenção do uso drogas deve ser realizada pelas escolas também (BRASIL, 2005) assim como, a Política Nacional de Programas de Saúde (BRASIL, 2010). Assim como, as Leis de Diretrizes e Bases Nº 9394/96 (LDB) que incluem o tema drogas e orienta a adoção de uma “abordagem preventiva consistente, que integre o processo educativo de maneira permanente” (BRASIL, 1997, pág. 281).

Apesar da relativa disposição nos documentos, educadores encontram dificuldades intrínsecas e extrínsecas para abordar o tema drogas (MOREIRA et al., 2015). Até o momento, tal tema não é componente curricular obrigatório, entretanto, considerando que as atribuições da escola não se restringem às relações pedagógicas, mas à formação do indivíduo para exercício da cidadania, a abordagem se faz necessária (ABRAMOVAY & CASTRO, 2005; MOREIRA et al., 2015). Além disso, muitas vezes, as escolas acabam promovendo ações pontuais e convidam palestrantes para abordar determinados temas. Entretanto, palestras eventuais sobre drogas não têm efetividade alguma na mudança de comportamento entre os jovens. É mais eficaz promover discussões que tenham a intenção de definir regras e buscar compreender o papel da instituição e de seus agentes para futuramente abordar determinados temas, incluindo o tema drogas (BRASIL, 2011).

A Educação é um processo que promove a socialização e a integração do indivíduo na realidade em que vive (SILVA, 2011). De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2014, o acesso à escola era de 98,5% para a

população de 6 a 14 anos, e de 84,3%, para a de 15 a 17 anos (IBGE, 2015). Diante dos dados observa-se que a escola é um *locus* importante de acesso aos jovens e de grande influência para formação de crianças e adolescentes, visto que no Brasil a permanência destes na instituição é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade.

Segundo Libâneo (2000) a Educação é uma prática humana, social, que modifica os estados físicos, mentais, espirituais e culturais dos indivíduos e está ligada a processos de comunicação e interação, isto é:

“A Educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano” (LIBÂNEO, 2000).

A organização da escola e seu vínculo com o estudante pode favorecer a diminuição da vulnerabilidade de crianças e adolescentes em relação ao uso de drogas e auxiliar no desenvolvimento da autonomia e capacidade de fazer escolhas conscientes. As escolas que favorecem e incentivam o desenvolvimento autônomo e responsável dos alunos têm características que facilitam a prevenção do uso de drogas. Dentre estas características estão o clima acolhedor e afetivo; valorização das opiniões e experiências do aluno; o incentivo a participação e envolvimento dos alunos em tarefas e decisões a serem tomadas; regras definidas; altas expectativas e valorização dos professores em relação aos alunos; valorização de sua cultura e crença na sua capacidade de superação de dificuldades; desenvolvimento de uma educação pedagógica; qualidade de formação pessoal e social; habilidades e posturas, como o desenvolvimento e manutenção de vínculos interpessoais; fortalecimento da autoestima; capacidade de manejar emoções e tomar decisões; desenvolvimento da capacidade de reflexão e de uma visão crítica da realidade; habilidade de resolver problemas e construção de um projeto de vida são ações implícitas que podem ser trabalhadas por educadores (BRASIL, 2013).

O ambiente escolar tem características estruturais que podem levar ao aprendizado de normas e atitudes de independência, assim como ter clima acolhedor e afetivo, regras consistentes e coerentes, praticar a valorização e compreensão, oferecer auxílio nas dificuldades, proporcionar participação e envolvimento dos educandos em tarefas e decisões relacionadas à escola, assim como ofertar educação de qualidade. Outras ações explícitas que a escola pode desenvolver são atitudes que favorecem a desmistificação do uso de drogas promovendo diálogos e reflexões sobre o tema (junto a alunos, pais e educadores); informar

com dados atualizados e fundamentados em pesquisas científicas sobre os diversos tipos de drogas, seus efeitos e padrões de consumo demonstrando a realidade de que não são todos os adolescentes que usam álcool e outras drogas (os dados podem auxiliar na percepção de que a maioria dos jovens faz opção por um estilo de vida saudável); proporcionar reflexões sobre como os riscos e os danos podem ser reduzidos para que os alunos percebam que podem correr menos riscos, podem adiar a experimentação, evitar combinações perigosas, além de identificar os limites seguros em relação a quantidade, circunstâncias, momentos e formas de consumo; favorecer o conhecimento de leis e políticas públicas sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas no Brasil; promover reflexões sobre a relação entre sexualidade e uso de drogas e comportamentos de risco (relação entre sexo sem proteção e a maior exposição à doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejável). Ademais, ações como proporcionar aos alunos a descoberta de recursos da comunidade e busca de parcerias para atuação na prevenção do uso de drogas; prestar informações de como agir em casos de emergências, assim como, orientar sobre medidas práticas, observação de sinais e de características que demonstram problemas no uso ou abuso de substâncias e overdose, podem ser abordados na escola (BRASIL, 2014).

Para Cruz (2002), o ideal seria um programa de prevenção inteiramente nacional, focado para a necessidade da população brasileira, visto que a importação de modelos educacionais tem fracassado devido à falta de alicerces culturais.

Desafios da escola na implementação de um programa de prevenção do uso de álcool e drogas

De acordo com Almeida (2000) abordar o tema drogas e a prevenção de seu uso indevido é um dever da escola pública, entretanto, a abordagem é precária, cheia de falhas, mal orientada e às vezes, silenciada ou feita na forma de ações isoladas. De modo geral, a escola trata o tema relativo ao uso de drogas por meio de um viés biológico abordando o tema em disciplinas como Ciências e Biologia, reduzindo a abordagem pedagógica da prevenção sem que haja reflexão sobre os diversos contextos que envolvam o assunto, como as causas sociais, econômicas, culturais, religiosas e políticas.

O papel da escola não é trabalhar com o usuário ou dependente, mas sim, realizar ações para evitar e/ou reduzir os prejuízos do uso de álcool e outras drogas entre os

estudantes. É função do professor atuar no processo educativo organizando, conduzindo e promovendo a formação de valores e construção da identidade destes, visto que o processo educativo deve ser entendido não apenas na dimensão do ensino e da aprendizagem de conhecimentos, mas também a partir das dimensões política, econômica e cultural (BRASIL, 2014). Nesse mesmo sentido, Camargo et al., (2002) acredita que os professores são elementos fundamentais na transmissão e transferência de conhecimento e que estes fazem uma ponte para o diálogo crítico de alunos junto à família.

Professores cientes de seu papel na construção da cidadania devem estar engajados no processo de prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas, bem como na promoção do bem-estar e saúde (NASCIMENTO & DE MICHELI, 2015).

Diante das diversas opções de modelos de prevenção a escola tem o desafio de adotar o que é mais viável considerando as características e ideologias da escola. Esse desafio é possível, mas requer comprometimento, formação para os profissionais da educação e investimento. A instituição deve avaliar sua realidade e buscar conhecer os alunos, assim como avaliar as estratégias no processo de implantação do programa. É ideal que o programa escolhido tenha sustentação técnica e científica (PINSKY, 2014).

Devido à complexidade do tema, exigência de apoio, necessidade de conhecimento científico, comprometimento e disposição de educadores e de toda equipe escolar, a prevenção do uso de drogas acaba sucumbindo por conteúdos pedagógicos muitas vezes considerados mais necessários ou prioritários na carga horária escolar. Além do mais, esses profissionais precisam estar motivados para se envolver na implementação e acompanhamento, acreditando na capacidade de transformação do indivíduo. Para o treinamento dos educadores no referido tema é necessário fornecimento de conhecimento científico de qualidade e relevância, persistência e paciência na implementação das ações uma vez que os processos são lentos e graduais. Quanto aos educadores é esperado a disponibilidade para estudar sobre o tema, facilidade para atuar em equipe, avaliar e identificar seus próprios mitos e preconceitos em relação ao tema, desenvolver tolerância às frustrações, atuar com criatividade ao apresentar o material a ser estudado e ter postura aberta e reflexiva. Para que o programa de prevenção seja implantado é primordial que os educadores e todos os sujeitos que compõem o corpo escolar tenham claros os objetivos e as estratégias que irão subsidiar as ações para atender a escola e comunidade, considerando os aspectos culturais assim como o que se espera e o que é possível de fato ser feito (BRASIL, 2014).

Para a realização de um trabalho de prevenção é preciso que a equipe pedagógica identifique os objetivos e quais serão suas principais características, assim como, identificar os educadores dispostos a se envolver no programa e investir em sua capacitação. O educador deve ser estimulado a frequentar cursos, eventos e buscar conhecimento, além de ser remunerado (PINSKY 2014).

Formação de professores

As pesquisas sobre formação de professores já existiam há décadas, porém um marco para o surgimento deste campo foi instituído oficialmente por membros da comunidade internacional em pesquisas educacionais no ano de 1973, com a publicação de uma revisão da literatura especializada, por Robert F. Peck e James A. Tucker. Até aquela data, esta comunidade não admitia que as pesquisas na área de educação tivessem status como linha de pesquisa (DINIZ-PEREIRA, 2013). No Brasil, segundo o autor, o interesse dos estudantes de pós-graduação pelo tema “formação de professores” teve um grande aumento na década de 1990 e primeiros anos da década de 2000. De acordo com Libâneo (2000) a formação do profissional da educação está baseada sob algumas perspectivas profissionais que visa formar um profissional que possa atuar como docente e/ou um especialista e/ou um pesquisador.

Por consequência de uma formação inicial deficitária, educadores estão propensos a desenvolver um trabalho acrítico fazendo abordagens sobre o tema drogas, que estão impregnadas de mitos e crenças pessoais, preconceitos e discriminações, além de apelarem para uma metodologia repressora e de amedrontamento adotando projetos e programas de prevenção utilizando o “terrorismo farmacológico” com a pretensão de apresentar informações científicas, mas em contrapartida exagerando no enfoque aos efeitos maléficos, distorcendo fatos e escondendo verdades da ciência (CRUZ, 2002).

De acordo com Imbernón (2006) a formação do professor está ligada a aspectos pedagógicos, mas está vinculada também a fatores não formativos, isto é, não está relacionada somente à teoria ou à cognição, mas sim a uma perspectiva global do sujeito relativo aos aspectos culturais e contextuais. Quanto à formação permanente, o autor separa a atuação do professor em cinco eixos: reflexão sobre a própria prática; troca de experiências com os pares; articulação da formação a um projeto de trabalho; união das práticas profissionais às práticas sociais; inserção coletiva na instituição educativa.

Para Robaina (2010), de modo geral, a formação do professor tem promovido poucos estudos sobre drogas. No entanto, é primordial para a formação continuada dos professores, redefinir suas funções, seus papéis e conhecer a finalidade da instituição escolar diante do tema. Assim, considera que é fundamental conhecer quais são os saberes já assimilados pelos educadores e como foram produzidos e, quais são suas necessidades para abordar o tema e realizar projetos de prevenção. O autor defende que o problema das drogas exige também dos professores saberes não acadêmicos, construídos ao longo da trajetória de vida e que devem ser ampliados com novas experiências.

Os pré-julgamentos, medos e preconceitos limitam as discussões sobre drogas e restringem a abordagem do tema com crianças e adolescente no ambiente escolar, ou seja, é considerado tabu. Entretanto, a escola deve pensar em ações preventivas universais preocupando-se em propiciar um espaço para reflexão e revisão de práticas e estimular os educadores a tratar o tema a partir estratégias de prevenção eficientes com vistas à promoção à saúde. (BRASIL, 2013).

Para Sodelli (2007), apesar dos educadores compreenderem a necessidade e a relevância do trabalho de prevenção do uso de drogas, há uma inclinação para não assumir essa tarefa e atribuí-la a um profissional considerado ‘especializado’. Além disso, até onde se sabe os cursos de formação não têm promovido mudanças comportamentais entre os educadores, assim como não faz com que se sintam preparados para atuar como agentes de prevenção na escola. Há décadas passadas, Nóvoa (1999) apontou que os educadores eram contraditórios porque apresentavam um discurso eloquente a respeito das lacunas da instituição escolar, entretanto, estes não se dispunham a mudar a situação.

1. OBJETIVOS

1.1 Objetivo principal

Este estudo teve como objetivo principal realizar um levantamento nacional sobre as percepções e os conhecimentos que educadores de todos os níveis de ensino têm sobre o consumo de álcool e outras drogas.

1.2 Objetivos específicos

- compreender o papel do educador e da escola em relação à prevenção do uso de álcool e outras drogas;
- avaliar o consumo de álcool e outras drogas entre os educadores e a possível influência deste padrão de consumo em relação a percepção sobre comportamento e prevenção do uso de drogas;
- comparar a opinião dos educadores que fizeram curso de prevenção do uso de drogas e os que não fizeram, assim como suas percepções em relação a diversos aspectos.

2. JUSTIFICATIVA

O uso abusivo de álcool e outras drogas é um problema que atinge pessoas de todas as classes sociais e é de responsabilidade de agentes de diversas áreas, como a Segurança, a Justiça, a Saúde e a Educação. A Educação não está restrita somente a ensinar a ler e escrever, suas demandas vão muito além dessas incumbências. A escola, assim como a família, exerce a função de instruir, orientar e fazer refletir sobre assuntos que permeiam a vida e a sociedade. Devido suas características privilegiadas, a escola deveria ser uma grande aliada no trabalho de prevenção do uso de álcool e outras drogas. Entretanto, a falta de políticas públicas eficazes, falta de informação e principalmente, capacitação adequada inicial e continuada de qualidade para educadores têm restringido as ações de prevenção. Além disso, as percepções individuais dos educadores podem interferir em seu modo de abordagem do tema.

3. MÉTODO

3.1 Amostra

A amostra deste estudo foi composta por 1132 professores de Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior de todo o Brasil.

Para definição de educadores usuários e não usuários de álcool e/ou outras drogas utilizamos o seguinte critério:

- Educadores usuários – uso de álcool durante a semana, uso diário de tabaco e uso eventual ou diário de maconha.
- Educadores não usuários – sujeito que nunca bebeu ou não costuma beber; nunca fumou ou fumou e parou e nunca usou maconha ou usou apenas na juventude.

3.2 Instrumentos

O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário elaborado pelas autoras, composto por 37 questões, sendo duas questões sobre a aceitação de participação; 16 questões sobre de aspectos sociodemográficos e profissionais, 13 questões sobre as percepções e conhecimento sobre uso e prevenção de álcool e outras drogas e seis sobre uso pessoal de substâncias pelos educadores participantes.

3.3 Procedimentos

A pesquisa foi realizada online através da plataforma SurveyMonkey e para análise dos dados foi utilizado o programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Vale ressaltar que a plataforma SurveyMonkey possui um ambiente seguro e os dados são mantidos de maneira criptografada em AES 256 bits.

Após o questionário ser elaborado e revisado, educadores de todo o Brasil foram convidados a participar do estudo por meio de mídias sociais, digitais e e-mails. No corpo do e-mail-convite havia uma breve explicação sobre os objetivos do estudo, bem como o link de acesso à plataforma do questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. O questionário ficou online, disponível para participação no período de abril a outubro de 2018.

Encerrado o prazo para os educadores responderem o questionário, a plataforma foi fechada com um total de 1132 participantes.

ÉTICA

Este estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o (nº 2.481.788) Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP.

ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados a partir das variáveis contínuas e categóricas. Em relação a

esta última, (região e outras variáveis) foi utilizado o teste do X^2 e para as contínuas, utilizado Análise de Variância (de uma ou duas vias), dependendo do número de grupos em comparação. Quando a ANOVA foi significativa, foram utilizados testes a posteriori (Newman Keuls ou Scheffé).

O nível de significância adotado foi de 5%. Para análise dos dados foi utilizado o programa estatístico Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) - pacote estatístico para as Ciências Sociais e o software GraphPad Prism 6.0 para a confecção dos gráficos.

Foram realizados cruzamentos entre dados sociodemográficos comparando o uso pessoal de substâncias entre educadores; cruzamento da opinião dos educadores entre aqueles que realizaram ou não uso de substâncias comparando suas percepções sobre a legalização das drogas e aumento da criminalidade, experimentação e dependência, uso de drogas e punição; cruzamento sobre o padrão do uso de drogas de educadores entre aqueles que acham que as drogas devem ser descriminalizadas e aqueles que não acham comparando a relação com o uso pessoal de tabaco, álcool e maconha; cruzamento dos dados sobre a opinião dos educadores que já fizeram algum curso de prevenção do uso de álcool e drogas comparando sua percepção sobre legalização, descriminalização, experimentação e dependência; cruzamento dos dados sobre conhecimento das drogas comparando àqueles que já fizeram ou não curso de prevenção e a percepção sobre conhecimento para abordagem do tema e, atitude e comportamento em relação a diversas situações que envolvem o consumo entre os alunos.

RESULTADOS

Através deste estudo podemos identificar algumas características dos educadores brasileiros, conhecer suas percepções sobre uso de drogas e identificar sua relação pessoal com substâncias psicoativas. Assim, foram realizados alguns cruzamentos de dados específicos com o intuito de entender como os educadores percebem as questões relacionadas ao tema e se há relação entre o fato destes já terem feito uso, usarem substâncias ou nunca terem usado.

Perfil dos educadores que participaram da pesquisa

Participaram da pesquisa, 1132 educadores, sendo 76% do sexo feminino e 24% do sexo masculino. Mais da metade dos educadores 53,5% afirmaram ser casados e 57% brancos. Entre os participantes, 56% residem na região sudeste e 76% declararam participar de religiões que professam a fé cristã. Quanto ao perfil profissional, 80% dos participantes declararam ter pós-graduação (especialização – lato sensu, mestrado ou doutorado) e 52% tinham renda pessoal entre três e sete salários mínimos. Além disso, observamos que a média de idade dos participantes foi de 43 anos e meio (Tabela 1).

Tabela 1. Dados sociodemográficos da amostra geral (n=1132) expressos em frequência (n) e porcentagem (%)

Amostra geral n = 1132 (100%)	
Sexo	
Feminino	862 (76)
Masculino	268 (24)
Estado Civil	
Solteiro	264 (23.5)
Casado	608 (53.5)
União estável	107 (9.5)
Divorciado	134 (12.0)
Viúvo	19 (1.5)
Cor/Raça	
Branco	644 (57)
Preto	95 (8.5)
Pardo	354 (31)
Amarelo	23 (2.0)
Indígena	4 (0.5)
Outro	12 (1.0)
Região que reside	
Norte	33 (3.0)
Nordeste	259 (23.0)
Centro Oeste	95 (8.0)
Sudeste	633 (56.0)
Sul	112 (10.0)
Religião	
Católico	521 (46.0)
Espírita	216 (19.0)
Evangélico/Protestante	121 (11.0)
Não tenho religião	183 (16.0)
Outra	91 (8.0)
Escolaridade	
Ensino Superior incompleto	24 (2.0)
Superior Completo	204 (18.0)
Pós (lato sensu)	637 (56.5)
Mestrado	175 (15.5)
Doutorado	89 (8.0)
Renda	
Até R\$ 2.000,00	123 (11.0)
Entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3000,00	209 (18.5)
Entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00	377 (33.0)
Entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.000,00	215 (19.0)
Entre R\$ 7.000,00 e R\$ 10.000,00	117 (10.5)
Entre 10.000,00 e 15.000,00	73 (6.5)
Mais de 15.000,00	18 (1.5)
Idade	
Média	43.5

*n = 1119 sujeitos declararam a idade, 13 participantes foram omissos.

Percepção dos educadores em relação à rotina escolar e como se sentem

Quanto ao tempo de magistério, 29,5% declararam atuar como educadores há pelo menos 10 anos e 52% entre 11 e 25 anos. Além disso, 59% afirmaram atuar como professor em uma única escola. Assim, consideramos que são profissionais experientes que conhecem bem a rotina escolar. Em relação à percepção sobre a rotina escolar, dada às opções: ruim, regular, boa e ótima, 72,5% dos educadores declararam consideraram boa ou ótima e 27,5% ruim ou regular. Quanto à percepção sobre a vida que levam, 71% se consideram pessoas otimistas. Sobre a satisfação em relação à vida, 51% sentem-se insatisfeitos às vezes ou na maior parte do tempo enquanto 49% sentem-se realizados (Tabela 2).

Tabela 2. Percepção dos educadores em relação à rotina escolar e como se sentem. Dados da amostra geral (n=1132) expressos em frequência (n) e porcentagem (%).

n = 1132 (100%)	
Tempo de Magistério	
Há menos de 5 anos	120 (10.5)
Entre 6 e 10 anos	213 (19.0)
Entre 11 e 15 anos	206 (18.0)
Entre 16 e 20 anos	205 (18.0)
Entre 21 e 25 anos	181 (16.0)
Há mais de 25 anos	207 (18.5)
Quantidade de escola que trabalha	
Uma	669 (59.0)
Duas	299 (26.5)
Três	72 (6.5)
Quatro	24 (2.0)
Cinco ou mais	22 (2.0)
Desempregado	46 (4.0)
Rotina Escolar	
Ruim	42 (4.0)
Regular	269 (23.5)
Boa	668 (59.0)
Ótima	153 (13.5)
Autopercepção	
Sou otimista	801 (71.0)
Sou realista, mas me vejo como uma pessoa pessimista	120 (10.5)
Sou pessimista	15 (1.5)
Nem otimista, nem pessimista	196 (17.0)
Como me sinto em relação à vida que levo	
Insatisfeito a maior parte do tempo	65 (5.7)
Às vezes me sinto insatisfeito	516 (45.6)
Me sinto realizado	551 (48.7)

Percepções de educadores sobre conhecimento em relação às drogas e prevenção na escola

O estudo demonstrou que 94% dos participantes declararam ter algum conhecimento para trabalhar o tema drogas na escola e 89% declararam que abordam. Além disso, mais da metade dos educadores que participaram do estudo, isto é, 51% disseram ter participado de programas, cursos ou treinamento sobre prevenção do uso de álcool e drogas (Tabela 3).

Tabela 3. Percepção de educadores sobre conhecimento que têm em relação às drogas. Dados da amostra geral (n=1132) expressos em frequência (n) e porcentagem (%).

	n= 1132 (100%)
Você tem conhecimento para abordar o tema drogas com os alunos?	
Sem conhecimento	66 (6.0)
Pouco conhecimento	499 (44.0)
Suficiente	466 (41.0)
Muito conhecimento	101 (9.0)
Costuma falar sobre álcool e outras drogas com os alunos?	
Não	121 (10.5)
Sim, às vezes	483 (43.0)
Sim, sempre	528 (46.5)
Já participou de algum programa, curso ou treinamento sobre prevenção do uso de álcool e drogas	
Não	558 (49.0)
Sim	574 (51.0)

Uso pessoal de álcool e outras drogas entre educadores brasileiros

A pesquisa apresenta dados sobre o consumo pessoal de álcool, tabaco, maconha e cocaína entre os educadores brasileiros, assim, observou-se que mais da metade dos educadores participantes (55,5%) nunca consumiram bebida alcoólica ou não costumam beber; 75% nunca usou tabaco; 79% nunca fumou maconha e 94% nunca usou cocaína.

Tabela 4. Dados da amostra geral (n=1132) que demonstram o uso de substâncias entre os educadores participantes. Dados expressos em frequência (n) e porcentagem (%).

	Amostra geral n = 1132 (100%)
Com relação ao uso pessoal de álcool	
Nunca bebi	162 (14.0)
Não costumo beber	469 (41.5)
Às vezes bebo durante a semana	158 (14.0)
Bebo somente nos finais de semana	343 (30.5)
Com relação ao uso pessoal de tabaco	
Nunca fumei	846 (75.0)
Fumei, mas parei	182 (16.0)
Fumo, às vezes	48 (4.0)
Fumo diariamente	56 (5.0)
Com relação ao uso pessoal de maconha	
Nunca fumei	894 (79.0)
Nunca fumei, mas tenho curiosidade de experimentar	8 (0.5)
Já experimentei e não gostei	105 (9.0)
Fumei quando era adolescente e parei	63 (5.5)
Fumo, às vezes	53 (5.0)
Fumo diariamente	9 (1.0)
Com relação ao uso pessoal de cocaína	
Nunca usei	1062 (94.0)
Já experimentei	46 (4.0)
Já usei, mas parei	17 (1.5)
Uso, às vezes	7 (0.5)

Opinião dos educadores sobre diversas questões em relação ao uso de drogas comparando àqueles que realizaram ou não uso de drogas

A opinião dos educadores sobre a relação entre a legalização das drogas e o aumento da criminalidade em comparação àqueles que realizaram ou não uso de drogas ilícitas é divergente. Dentre os educadores que já fizeram uso de drogas 71,5% concordam e 34,5% dos não usuários concordam com tal afirmação. Isto é, o fato do indivíduo ser usuário não implica em uma concepção mais liberal em relação à questão.

Segundo a percepção dos educadores que fazem uso de drogas, 58% não concordam que ao experimentar drogas o indivíduo pode facilmente tornar-se dependente enquanto 81,5% dos não usuários concordam com a afirmação.

No que se refere a quão devastadoras são as drogas observou-se que no grupo de usuários 81% concorda um pouco ou totalmente com tal afirmação e entre os não usuários praticamente a totalidade (98,5%) declararam concordar com a declaração.

Sobre a concepção de que todas as drogas causam dependência observou-se que 58% dos usuários concordam com tal afirmação Vs. 83,5% dos não usuários.

No que se refere ao uso de drogas como crime devendo ser o usuário punido por tal comportamento observou-se que 79,5% dos não usuários que concordam com esta posição. discordam desta afirmação Vs. 48,5% concordam um pouco ou totalmente com a declaração.

Quanto à declaração de que enquanto não houver medidas rigorosas e punitivas ao usuário de drogas nada irá mudar, dentre os educadores que já fizeram uso de drogas, 67,5% discordam enquanto 63% dos não usuários concordam.

No que tange ao comportamento de uso de drogas visto como qualquer outro 74,4% dos usuários concordam com tal afirmação enquanto 50,5% dos não usuários concordam (Tabela 5).

Tabela 5. Percepção de educadores sobre questões relacionadas ao uso de drogas – amostra geral e comparação à opinião entre os educadores que já usaram e os que nunca usaram álcool e outras drogas. Dados expressos em frequência (n) e porcentagem (%).

	Amostra Geral n= 1132	Já usou n= 241 (21,3%)	Nunca usou n = 1132 (78,7%)	p	Tamanho de efeito
Você acha que a legalização das drogas pode aumentar a criminalidade?				.000	.318
Sim	598 (53.0)	172 (71.5)*	307 (34.5)		
Não	437 (38.5)	48 (20.0)	508 (57.0)		
Não sei opinar sobre isso	97 (8.5)	21 (8.5)	76 (8.5)		
Quem experimenta drogas facilmente se torna dependente				.000	.388
Não concordo	305 (27.0)	139 (58.0)*	166 (18.5)		
Concordo um pouco	531 (47.0)	93 (38.5)	438 (49.5)		
Concordo totalmente	296 (26.0)	9 (3.5)	287 (32.0)		
As drogas são devastadoras				.000	.454
Não concordo	57 (5.0)	46 (19.0)	11 (1.5)		
Concordo um pouco	228 (20.0)	98 (41.0)	130 (14.5)		
Concordo totalmente	847 (75)	97 (40.0)	750 (84.0)*		
Todas as drogas provocam dependência				.000	.290
Não concordo	247 (22.0)	101 (42.0)*	146 (16.5)		
Concordo um pouco	317 (28.0)	78 (32.5)	239 (26.5)		
Concordo totalmente	568 (50.0)	62 (25.5)	506 (57.0)		
O uso de drogas é um crime e o usuário deve ser punido por esse comportamento.				.000	.235
Não concordo	649 (57.0)	192 (79.5)	457 (51.5)		
Concordo um pouco	370 (33.0)	38 (16.0)	332 (37.0)		
Concordo totalmente	113 (10.0)	11 (4.5)	102 (11.5)		
Enquanto não haver medidas verdadeiramente rigorosas e punitivas ao uso de drogas, nada vai mudar				.000	.256
Não concordo	494 (43.5)	163 (67.5)	331 (37.0)		
Concordo um pouco	396 (35.0)	56 (23.5)	340 (38.0)		
Concordo totalmente	242 (21.5)	22 (9.0)	220 (25.0)		
O uso de drogas deve ser visto como qualquer outro comportamento, sem preconceitos.				.000	.213
Não concordo	511 (45.0)	64 (26.5)	447 (50.5)		
Concordo um pouco	374 (33.0)	92 (38.0)	282 (31.5)		
Concordo totalmente	247 (22.0)	85 (35.5)	162 (18.0)		

Consumo de álcool, tabaco e maconha entre os educadores e a percepção sobre a descriminalização das drogas

Quanto ao uso pessoal de álcool entre os educadores que acreditam que as drogas devem ser descriminalizadas, 50,5% afirmam beberem enquanto 62% dos que não consomem bebida alcoólica discordam da descriminalização.

Em relação ao uso pessoal de tabaco entre os educadores que acreditam que as drogas devem ser descriminalizadas, 68% declararam nunca ter fumado. Já, entre os educadores que acreditam que as drogas não devem ser descriminalizadas, 81,5% declararam nunca terem fumado.

Considerando o uso pessoal de maconha entre os educadores que acreditam que as drogas devem ser descriminalizadas, 65,5% afirmam nunca ter fumado enquanto o grupo de educadores que acreditam que as drogas não devem ser descriminalizadas (91%) declararam nunca ter fumado (Tabela 6).

Tabela 6. Padrão de uso de drogas dos educadores entre aqueles que acham que as drogas devem ser descriminalizadas e aqueles que não acham. Dados da amostra geral (n=1132) expressos em frequência (n) e porcentagem (%).

	Drogas devem ser descriminalizadas n = 464 (46%)	Drogas não devem ser descriminalizadas n = 545 (54%)	p	Tamanho de efeito
Em relação ao uso de álcool			.000	.154
Nunca bebi	56 (12.0)	91 (17.0)		
Não costumo beber	174 (37.5)	246 (45.0)*		
Às vezes bebo durante a semana	88 (19.0)	52 (9.5)		
Bebo somente nos finais de semana	146 (31.5)	156 (28.5)		
Em relação ao uso de tabaco			.000	.184
Nunca fumei	315 (68)	443 (81.5)*		
Fumei, mas parei	88 (19.0)	74 (13.5)		
Fumo, às vezes	35 (7.5)	8 (1.5)		
Fumo diariamente	26 (5.5)	20 (3.5)		
Em relação ao uso de maconha			.000	.346
Nunca fumei	305 (65.5)	496 (91.0)*		
Nunca fumei, mas tenho curiosidade de experimentar	6 (1.5)	2 (0.5)		
Já experimentei e não gostei	50 (11.0)	37 (6.5)		
Fumei quando era adolescente e depois parei	48 (10.0)	6 (1.0)		
Fumo, às vezes	48 (10.5)	3 (0.5)		
Fumo diariamente	7 (1.5)	1 (0.5)		

^a Esta amostra apresenta n= 1009 sujeitos, uma vez que 123 participantes não souberam opinar sobre a questão

PERCEPÇÃO DOS EDUCADORES EM RELAÇÃO A DIVERSOS ASPECTOS COMPARANDO AQUELES QUE JÁ PARTICIPARAM OU NÃO DE CURSO DE PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS.

O estudo revelou que a opinião dos educadores sobre a legalização e a relação do possível aumento da criminalidade são divergentes entre os educadores que já participaram de cursos de prevenção e os que nunca participaram. Entre os educadores que fizeram cursos 37% acreditam que a legalização das drogas pode aumentar a criminalidade enquanto 48% dos que nunca realizaram curso sobre o tema concordam que a legalização das drogas pode aumentar a criminalidade.

Sobre a declaração de que ao experimentar drogas o indivíduo pode facilmente tornar-se um dependente. Entre os educadores que já fizeram curso sobre o tema 75,5% concorda um pouco ou totalmente com a declaração e entre os que não fizeram nenhum curso 70,5% concordam um pouco ou totalmente. Isto é, o fato de terem realizado algum curso não implica na postura ou percepção dos educadores sobre esse aspecto.

Segundo os educadores que fizeram curso de prevenção do uso de drogas e sua percepção sobre o efeito devastador das drogas é possível verificar que 95% dos educadores concordam um pouco ou totalmente com a afirmação e entre os educadores que não fizeram curso de prevenção do uso de drogas, 94,5% concordam um pouco ou totalmente. Percebemos assim, que não há divergência de opinião entre os grupos.

Dentre os educadores que fizeram curso sobre drogas e a declaração de que todas as drogas provocam dependência, 80% dos participantes concordam um pouco ou totalmente e entre os que não realizaram cursos, 76%.

Diante da declaração de que o uso de drogas é um crime e o usuário deve ser punido por esse comportamento, dentre os educadores que fizeram curso sobre drogas 56,5% não concordam e entre os educadores que nunca realizaram curso sobre drogas, 58,5%. Assim, mais uma vez percebemos que o fato de terem participado de cursos sobre drogas não alterou sua percepção sobre o tema.

Diante da declaração de que enquanto não houver medidas rigorosas e punitivas ao uso de drogas, nada irá mudar, 57,5% dos educadores que realizaram curso sobre o tema concorda um pouco ou parcialmente e entre os que nunca realizaram curso, 55%.

De acordo com os educadores que realizaram curso de prevenção, 81,5% não concorda ou concorda um pouco com a declaração de que o uso de drogas deve ser visto como qualquer

outro comportamento, sem preconceitos e entre os que não fizeram curso, 75% não concorda ou concorda um pouco.

Considerando a percepção dos educadores em relação ao seu conhecimento sobre drogas em comparação aos que fizeram curso de prevenção e os que não fizeram nenhum curso, podemos observar que os que fizeram algum curso de prevenção e acreditam ter conhecimento para abordar o tema são 60%. Entre os educadores que não fizeram nenhum curso de prevenção, 40% afirmam ter conhecimento para abordar o tema drogas com os alunos.

Dentre os grupos de educadores que já fizeram algum curso de prevenção do uso de drogas comparando à abordagem do tema álcool e drogas com os alunos em sala de aula, observamos que 93% disseram abordar o tema e entre os educadores que nunca fizeram um curso de prevenção do uso de drogas, 86% (Tabela 7).

Tabela 7. Comparação da percepção e conhecimento sobre drogas entre os educadores que já fizeram ou não algum curso de prevenção. Dados da amostra geral (n=1132) expressos em frequência (n) e porcentagem (%).

	Já fez algum curso n = 574 (50,7%)	Não fez nenhum curso n = 558 (49,3%)	p	Tamanho de efeito
Você acha que a legalização das drogas pode aumentar a criminalidade?			.001	.116
Sim	211 (37.5)	268 (48.0)		
Não	312 (54.5)	244 (44.0)		
Não soube opinar	51 (9.0)	46 (8.0)		
Quem experimenta drogas facilmente se torna dependente			.013	.088
Não concordo	141 (24.5)	164 (29.5)		
Concordo um pouco	262 (45.5)	269 (48.0)		
Concordo totalmente	171 (30)	125 (22.5)		
As drogas são devastadoras			.001	.108
Não concordo	27 (5.0)	30 (5.5)		
Concordo um pouco	92 (16.0)	136 (24.5)		
Concordo totalmente	455 (79.0)	392 (70.0)		
Todas as drogas provocam dependência			.024	.081
Não concordo	115 (20.0)	132 (24.0)		
Concordo um pouco	148 (26.0)	169 (30.0)		
Concordo totalmente	311 (54.0)	257 (46.0)		
O uso de drogas é um crime e o usuário deve ser punido por esse comportamento.			.679	.026
Não concordo	323 (56.5)	326 (58.5)		
Concordo um pouco	190 (33.0)	180 (32.5)		
Concordo totalmente	61 (10.5)	52 (9.0)		
Enquanto não houverem medidas verdadeiramente rigorosas e punitivas ao uso de drogas, nada vai mudar.			.241	.050
Não concordo	244 (42.5)	250 (45.0)		
Concordo um pouco	214 (37.5)	182 (32.5)		

Concordo totalmente	116 (20.0)	126 (22.5)		
O uso de drogas deve ser visto como qualquer outro comportamento, sem preconceitos.			.012	.089
Não concordo	280 (49.0)	231 (41.5)		
Concordo um pouco	187 (32.5)	187 (33.5)		
Concordo totalmente	107 (18.5)	140 (25.0)		
Você acha que tem conhecimento para abordar o tema “drogas” junto a seus alunos?			.000	.199
Não tenho; Tenho pouco conhecimento	231 (40.0)	334 (60.0)		
Tenho conhecimento suficiente	277 (48.5)	189 (34.0)		
Tenho muito conhecimento	66 (11.5)	35 (6.0)		
Você costuma falar sobre álcool e drogas com seus alunos?			.000	.222
Não	41 (7.0)	80 (14.0)		
Às vezes	204 (35.5)	279 (50.0)		
Sempre	329 (57.5)	199 (36.0)		
Se você flagrasse um aluno fumando maconha dentro do ambiente escolar, você imediatamente avisaria a coordenação.			.021	.083
Não	53 (9.0)	79 (14.2)		
Sim	404 (70.5)	358 (62.5)		
Talvez	117 (20.5)	121 (22.0)		
Se você flagrasse um aluno fumando maconha dentro do ambiente escolar, você o(a) abordaria, convidaria para conversar e ofereceria ajuda.			.023	.081
Não	34 (6.0)	50 (9.0)		
Sim	419 (73.0)	368 (66.0)		
Talvez	121 (21.0)	140 (25.0)		
Se você flagrasse um aluno fumando maconha dentro do ambiente escolar, você fingiria que não viu.			.010	.090
Não	522 (91.0)	477 (85.5)		
Sim	13 (2.5)	14 (2.5)		
Talvez	39 (6.5)	67 (12.0)		

As políticas de restrição do uso de drogas são basicamente, a de proibição, descriminalização ou regulação. Na política de proibição, o consumo é considerado fora da lei e os usuários e traficantes são apenados; na política de descriminalização, o consumo não é considerado crime, cabendo muitas vezes, correções alternativas à reclusão e aos traficantes, aplicação de penalidades mais rigorosas; na política de regulação é permitido o consumo, porém, dentro de alguns limites (PINSKY, 2014).

DISCUSSÃO

As dificuldades encontradas por educadores em relação à abordagem do tema drogas na escola foram percebidas no estudo de (MOREIRA et al, 2006) e (ARALDI, 2012). Os estudos identificaram a dificuldade de realização do trabalho de prevenção devido à falta de formação; falta de informações; preconceito em relação ao usuário e sobrecarga de trabalho entre os educadores.

De acordo com os educadores que participaram do estudo de Araldi (2012), as instituições escolares têm dificuldades em assumir o compromisso e o desafio de trabalhar a prevenção visto que há poucos programas consistentes e parcerias com setores sociais locais (ARALDI, 2012). Apesar da compreensão de educadores sobre a importância da prevenção do uso de drogas nota-se que há uma tendência desse educador eximir-se e delegar a missão a profissionais chamados “especialistas”. Assim, percebe-se que os cursos de formação não empoderaram os educadores a sentirem-se capazes de assumir o trabalho de prevenção, nem promovem alterações comportamentais ou valorativas (SODELLI, 2007).

Moreira et al. (2015) realizou um estudo sobre a Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola com 25 professores de ensino fundamental, no município de São Paulo e observou em seus resultados que os educadores que participaram da pesquisa tinham conhecimento sobre o tema, identificaram os diversos tipos de drogas, seus efeitos e consequências orgânicas. Porém, quanto às implicações sobre o uso, notou-se que as percepções dos educadores estavam alicerçadas em uma concepção moralista, vinculada ao estereótipo de doença, visto que usam o termo vício e viciado em diversas falas. Outro dado relevante no referido estudo, é o fato de educadores demonstrarem maior condescendência ao avaliar o consumo de drogas lícitas como o álcool, em detrimento as outras drogas, por exemplo. O que é bastante contraditório porque dados epidemiológicos apontam o consumo de álcool como o maior problema social dentre o consumo de todas as outras drogas lícitas ou ilícitas no Brasil.

Assim observamos igualmente no presente estudo que os educadores têm conhecimento sobre o tema álcool e drogas, entretanto, constatamos que as percepções dos educadores sobre o consumo, a descriminalização, o conceito de dependência e punição são moralistas principalmente entre aqueles que nunca fizeram uso de substâncias psicoativas.

Dentre as declarações dos participantes do presente estudo, verificamos que uma parcela significativa dos educadores acreditam que ao usar drogas uma única vez, há uma

grande chance do indivíduo continuar consumindo, isto é, tornar-se dependente, consideram as substâncias psicoativas altamente viciante. Porém há uma grande diferença entre dependência e uso, ou seja, nem todo usuário é dependente, embora qualquer usuário possa tornar-se dependente. Placco et al., (2006) pondera que há uma inclinação para caracterizar como dependência, qualquer nível de uso de drogas.

Além disso, os estigmas de “bêbado” e “noiado” imputados às pessoas que sofrem com problemas de dependência de álcool e outras drogas produzem estigmas sobre os indivíduos e as famílias. Por isso, é preciso que os profissionais que atuam no atendimento a esses indivíduos busquem estratégias de enfrentamento à banalização, o preconceito e a discriminação de qualquer natureza, seja por gênero, orientação social, etnia, crença religiosa, grau de instrução escolar, classe social (BRASIL, 2016).

Ferreira et al., (2010) realizou um estudo intitulado Percepções e atitudes de professores de escolas públicas e privadas perante o tema drogas que buscou identificar a origem da causa do fracasso na prevenção do uso de drogas nas escolas e avaliar as percepções dos educadores sobre o tema. Participaram dessa pesquisa em formato de entrevista estruturada, vinte professores de escolas de Ensino Fundamental e Médio da cidade de São Paulo e os pesquisadores observaram que por causa da falta de informação e receio dos educadores em cometer erros demonstra que estes sentem-se incapazes de trabalhar prevenção do uso de drogas. Apesar disso, a maior parte dos entrevistados considerou que a escola tinha um papel fundamental a desempenhar na prevenção ao consumo de drogas.

No presente estudo, os dados demonstram que há divergências de opiniões entre os educadores que usam e os que nunca usaram drogas sobre diversos aspectos relacionados às drogas. Assim, entre os educadores que nunca usaram drogas, o percentual que acreditam que ao experimentá-las o indivíduo pode facilmente tornar-se dependente é o dobro em relação aos que usam. Diante dessa constatação podemos perceber que possivelmente, pelo fato do grupo de educadores ter declarado ter usado algum tipo de droga e não terem se tornado dependentes e/ou ter mais acesso a informação sobre o tema e consequentemente terem construído seus conceitos baseados em teorias e conceitos substanciais e científicos pode ter contribuído para terem uma percepção diferente do outro grupo que têm uma visão mais moralista e talvez, uma visão mais desprovida de informações e/ou conhecimento científico.

Lembrando que a dependência é caracterizada pela dificuldade de a pessoa parar ou diminuir o consumo por decisão própria, sem recurso de ajuda externa. Quando dependente, o indivíduo prioriza o consumo de drogas em detrimento a realizar outras atividades que

anteriormente tinham maior valor e implica em mudanças fisiológicas, comportamentais e cognitivas. Além disso, a dependência tem como característica, a “fissura”, o desejo incontrolável de consumir a substância. (BRASIL, 2014). A Organização Mundial de Saúde (OMS) define abuso ou uso nocivo de substâncias, o consumo indiscriminado que resulta em danos físicos ou mentais (categorizado como CID-10) e considera dependente de droga a pessoa que apresenta três ou mais das seguintes manifestações:

Forte desejo de consumir a droga; dificuldade de controlar o consumo; utilização persistente da droga apesar das suas consequências prejudiciais; maior prioridade dada ao uso da droga em detrimento de outras atividades ou obrigações; aumento da tolerância à droga; síndrome de abstinência. (BRASIL 2014).

Em relação à punição aos usuários de drogas, a opinião dos educadores que nunca usaram tem percentual 30% maior favorável à punição em comparação aos que nunca usaram drogas. Do mesmo modo, em relação à concepção de que é necessário haverem medidas mais rigorosas e punitivas aplicadas aos usuários.

Percebemos assim, que as opiniões divergentes entre os grupos que já fizeram uso de drogas e os que nunca usaram, revelam que os educadores que já experimentaram drogas têm uma visão mais liberal, maior aceitação, menor rigor ao avaliar os aspectos relacionados ao uso de drogas e uma visão menos preconceituosa em relação à descriminalização das drogas, julgamento sobre a punição aos usuários, percepção mais realista quanto à dependência de substâncias e sobre a crença de que nem todas as drogas são devastadoras. Por isso, observamos que a educação está diante de grandes desafios, inclusive os que dizem respeito às questões pessoais. Moreira (2015) pondera que dentre os desafios está a falta de conhecimento específico, preconceitos, valores morais e a falta de metodologias apropriadas para abordar o tema drogas na escola.

Dentre os educadores que nunca usaram drogas, quase que a totalidade considera que as drogas são devastadoras. Diante dessa afirmação inferimos que de fato há pouco conhecimento sobre os efeitos dessas substâncias e é notável a generalização sobre os diferentes tipos de drogas.

Entre os educadores que nunca fizeram uso de álcool, tabaco e/ou maconha a opinião de que as drogas não devem ser descriminalizadas apresenta um percentual maior em todas as categorias. Os dados indicam que quase a totalidade dos educadores desse grupo não é favorável à descriminalização do tabaco e da maconha, respectivamente, embora o consumo de álcool seja apontado em pesquisas como a droga mais consumida.

Posturas e metodologias moralistas e autoritárias baseadas em convencimento, amedrontamento, visões distorcidas, credices, pressupostos e proibicionismo têm se mostrado ineficazes quando o assunto é prevenção do uso de drogas, nas escolas. Contudo, a valorização de atitudes alicerçadas em reflexões, diálogo, liberdade de escolha, informações claras, desenvolvimento de autoestima, autoconhecimento e autonomia, promoção da tolerância e paz, efetiva participação dos estudantes na tomada de decisões, assim como a responsabilização pelos seus atos, contribuem para perceberem as consequências de suas ações, desenvolverem habilidades e comportamentos que proporcionam a capacidade de tomada de decisões; fortalecimento da autoestima; desenvolvimento da capacidade de reflexão; estabelecimento e manutenção de vínculos interpessoais; capacidade de manejar emoções próprias e construção de projeto de vida. (SILVA, 2011).

A pesquisa revelou a opinião dos educadores em relação a diversos aspectos dividindo os educadores em dois grupos, os que já fizeram algum curso de prevenção do uso de drogas e os que não fizeram. Para a maioria dos aspectos apresentados os índices demonstram uma percepção semelhante dos educadores em relação a diversos aspectos entre os que realizaram cursos de prevenção e os que não realizaram. Entretanto, curiosamente, em relação ao conhecimento para abordar o tema drogas, percebemos que há um índice maior de educadores que afirmam não ter realizado curso de prevenção, mas ter conhecimento para tratar o assunto. Ou seja, embora o educador tenha preparo pedagógico, ele não percebe-se como detentor de conhecimento sobre o tema e acaba não abordando o assunto.

A prevenção deve fazer parte do currículo e estar presente nas diferentes séries da carreira escolar, contemplando o desenvolvimento da cidadania responsável, integrando o projeto de educação para a saúde e envolvendo a rede social da qual a escola é parte integrante (BRASIL, 2013). Diante da constatação de que um aluno está usando drogas, o professor, ao abordar o aluno para uma conversa deve deixar claro sua preocupação com o comportamento dele, relatando de modo calmo, algumas mudanças que observou e que a situação pode mudar; não fazer julgamentos ou sermões para que o aluno não se sinta culpado ou fique na defensiva; convide-o a uma reflexão sobre seus atos e enfatize que mudar é possível e proponha comportamentos alternativos (BRASIL, 2011).

De acordo com Pimenta (2005) os cursos de formação inicial apresentam currículos com conteúdos e atividades que estão distantes da realidade das escolas e, a formação contínua do professor está voltada para a prática de realizar cursos de suplência e atualização dos conteúdos de ensino. Entretanto, para Robaina (2010) a formação continuada de

professores no Brasil necessita de ajustes que redefinam suas funções, papéis e finalidades da escola diante da abordagem do tema drogas, assim como, conhecer quais os saberes já assimilados pelos educadores, os já produzidos e conhecer as necessidades para abordar o tema e realizar projetos de prevenção do uso de drogas.

Afinal, o conhecimento reduz os pré-julgamentos, temores e preconceitos que limitam as relações e as discussões sobre drogas no ambiente escolar. Escolas que preocupam-se com prevenção e promoção à saúde preocupam-se em propiciar espaço para reflexões e revisão de práticas (BRASIL, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou realizar um levantamento das percepções dos educadores brasileiros, bem como seu conhecimento sobre o consumo de álcool e outras drogas, avaliar o quanto os educadores estão participando de cursos de formação sobre o tema, compreender sua percepção quanto a diversos fatores comparando sua relação de uso pessoal ou não.

Embora os dados apresentem aspectos positivos em relação ao conhecimento científico dos educadores sobre o uso de drogas e um número significativo dos educadores que compõem a amostra já ter participado de cursos de prevenção, as concepções dos educadores diferem entre aqueles que usam algum tipo de droga e aqueles que nunca experimentaram substâncias psicoativas.

O estudo apresentou percepções, conhecimentos, práxis dos professores em relação à prevenção e consumo de drogas, além do padrão de consumo dos educadores. Diante dos resultados desta pesquisa verificamos que políticas públicas eficientes são essenciais, assim como projetos que atendam a um público específico considerando sua comunidade; incentivo e formação inicial e continuada de qualidade para educadores atuarem como agentes de prevenção, sem medos, preconceitos ou percepções equivocadas, desmistificando alguns tabus em relação ao consumo de álcool e outras drogas.

No que diz respeito à prevenção, podemos considerar que não há um modelo certo a seguir, entretanto, a partir da realidade apresentada é possível se construir ações que atendam as necessidades de cada grupo ou mesmo indivíduo, buscando suprir as demandas e dificuldades em lidar com as questões do meio social, inclusive sobre o consumo de drogas.

A instituição tem se eximido de seu papel porque enfrenta dificuldades como falta de preparo profissional, percepções equivocadas de educadores, implicações sociais, legais, biológicas, emocionais e culturais. Além disso, há uma diferença entre a percepção dos educadores sobre o tema em relação às suas experiências pessoais quanto à experimentação de álcool e outras drogas.

Importantes mudanças na educação brasileira, como as reformas curriculares; a instituição da aplicação de avaliações externas de aprendizagem (em diferentes níveis de ensino) e os avanços em diversos campos do conhecimento têm ocorrido nas últimas décadas e a profissão docente está associada a estas mudanças. Assim a discussão sobre o desenvolvimento e formação desses profissionais configura-se como uma oportunidade singular para inserção de cursos de formação, inclusive para atuação em prevenção do uso de drogas. Desse modo, concluímos que há uma necessidade urgente de políticas públicas eficientes e formação de qualidade para que os educadores sejam capazes de colocar em prática ações estratégicas diante da realidade vivida.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Miriam. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, coordenação: DST/AIDS do ministério da Saúde, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Drogas nas escolas: versão resumida**. Brasília: UNESCO. Rede Pitágoras, 2005.

ALMEIDA, Cleide Rita Silvério. **Drogas: uma abordagem educacional**. São Paulo: Editora Olho d' Água, 2000.

ALMEIDA, L. **Diretrizes para a formação de professores: Uma releitura**. In L. R. Almeida & V. M. N. S. Placco, **As relações interpessoais na formação de professores**, 2002. São Paulo: Edições Loyola.

ANDRADE, A. G.; DUARTE, P. C. V.; OLIVEIRA, L. G. (Org.). **I Levantamento Nacional sobre o Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários das 27 Capitais Brasileiras**. Brasília: SENAD, 2010.

ARALDI, Jossara Cattoni et al. **Representações sociais de professores sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas na adolescência: repercussões nas ações de prevenção na escola**. Interface (Botucatu), Botucatu, v.16, n.40, p.135-148, Mar. 2012. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832012000100011&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832012005000002>. Acesso em: 03 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

_____. Ministério da Saúde. **Política nacional sobre drogas**. Brasília: Secretaria Nacional antidrogas, 2005.

_____. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº 1861 de 4 de setembro de 2008. **Estabelece recursos financeiros pela adesão ao PSE para Municípios com equipes de Saúde da Família, priorizados a partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que aderirem ao Programa Saúde na Escola – PSE**. 2008.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção a Saúde**. 3. ed. Brasília: MS, 2010.

_____. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Cartilha para educadores / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas** (SENAD); conteúdo e texto original: Beatriz H. Carlini. -- 2. ed., reimpr. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde**, 2013.

_____. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. **Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas/ Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, Ministério da Educação. – 6. Ed., atual. – Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações Técnicas: Atendimento no SUAS às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos associada ao consumo de álcool e outras drogas**. Brasília, 2016.

_____. **Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal. Prevenção.** 2019. <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/prevencao-e-tratamento/prevencao/prevencao>> Acesso em 10-02-2019>.

CAMARGO, C. L. de et al. **Violência no contexto familiar e escolar**. In: COSTA, M. C. O.; SOUZA, R. P. de (Org.). **Adolescência: aspectos clínicos e psicossociais**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CEBRID. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. **Livreto informativo sobre drogas psicotrópicas. Leitura recomendada para alunos a partir da 6a série do ensino fundamental**, 2012.<[https://www.cebrid.com.br/wp-content/uploads/2012/12/Livreto-Informativo-sobre-Drogas Psicotr%C3%B3picas.pdf](https://www.cebrid.com.br/wp-content/uploads/2012/12/Livreto-Informativo-sobre-Drogas-Psicotr%C3%B3picas.pdf)>. Acesso em 18 de jun. 2018.

CISA. **Progressos na Implementação da Estratégia para Redução do Uso Nocivo de Álcool da OMS**. Jernigan De Trangenstein P, 2017. Global developments in alcohol policies: progress in implementation of the WHO global strategy to reduce the harmful use of alcohol since 2010. <<http://www.cisa.org.br/artigo/8622/progressos-na-implementacao-estrategia-para-reducao.php>> Acesso em 15-03-2019.

CRUZ, A. R. **A análise do discurso da prevenção do abuso de drogas**. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2002.

DE MICHELI, D., ANDRADE; A. L. M., SILVA, E. A.; FORMIGONI, M. L. O. S. **Neurociências do abuso de drogas na adolescência. O que sabemos?** São Paulo: Editora Atheneu, 2014.

DIEHL, P. U., and COOK, M. **Efficient implementation of stop rules on spinnaker neuromorphic hardware, in Neural Networks (IJCNN)**. 2014.

DINIZ-PEREIRA, J. E. A construção do campo da pesquisa sobre formação de professores. Júlio Emílio Diniz-Pereira. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, jul./dez. 2013.

FERREIRA, T.C.D. et al. **Perceptions and attitudes among public school teachers towards the topic of drugs**. Interface - Comunic., Saude, Educ., v.14, n.34, p.551-62, jul./set. 2010. <http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n34/aop0810>. Acesso em 13 set., 2018.

FRASSETO, F. A., JIMENEZ, L. Interface entre drogas, criminalidade e adolescência: notas para a compreensão do modelo legal vigente. Em: Artur Guerra de Andrade (org.). **Integração de competências no desempenho da atividade judiciária com usuários e dependentes de drogas**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas, 2015. Pp. 409-49.

FERREIRA, T.C.D. et al. Perceptions and attitudes among public school teachers towards the topic of drugs. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.14, n.34, p.551-62, jul./set. 2010.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Tradução, adaptação transcultural e propriedades psicométricas do KIDSCREEN-52 para a população brasileira**. Rev Paul Pediatr, v. 29, n. 3, p. 364-371, 2011.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: **síntese de indicadores 2014** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: 2015. < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>> Acesso em 10 de out. 2018.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e incerteza**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para que?** São Paulo. 3. Ed. Cortez, 2000.

MOREIRA, Fernanda Gonçalves; SILVEIRA, Dartiu Xavier da; ANDREOLI, Sergio Baxter. **Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde**. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2006.

MOREIRA, A.; VOVIO, C. L.; MICHELI, D. **Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 41, n. 1, p. 119-135, Mar. 2015. access on 04 jun 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022015011670>.

NASCIMENTO, M. O.; DE MICHELI, D. **Avaliação de diferentes modalidades de ações preventivas na redução do consumo de substâncias psicotrópicas em estudantes no ambiente escolar: um estudo randomizado**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2015, v. 20, n. 8 <Acessado 12 nov 2018>, pp. 2499-2510. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015208.15152014>>. ISSN 1678-4561.

NOTO, A. R.; GALDURÓZ, J.C.F.; NAPPO, S.A; CARLINI, C.M.A.; MOURA, Y.G.; FONSECA, A.M. et al. **Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras**. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2003.

NÓVOA, A. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. **Educ. Pesqui.**, v.25, n.1, p.11-20, 1999.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Relatório Global sobre Álcool e Saúde**. 2018.<<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/274603/9789241565639-eng.pdf?ua=1>>. Acesso em 10 de fev. 2019.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Estatísticas mundiais de saúde 2017: Monitoramento da saúde para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Genebra, Suíça, 2017.

OPAS – Organização Panamericana de La Salud, 2001. **Enfoque de habilidades para a vida para um desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes**. Washington: OPS.

PIMENTA, S. G. (org.) Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. 4. Ed. S. Paulo: Cortez, 2005.

PINSKY, I.; BESSA, M. A., (org.). **Adolescência e drogas**. São Paulo: contexto, 2004.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **Modelos de prevenção do uso de drogas para adolescentes: concepções e ações de professores**. In: SILVA, E A.; MICHELI, D. (Orgs.) Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa. São Paulo: FAP-Unifesp, 2011. p. 657 - 678.

ROBAINA, J. V. L. **Drogas: O papel do educador na prevenção ao uso**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SCIVOLETTO, S.; MORIHISA, R.S. Conceitos básicos em dependência de álcool e outras drogas na adolescência. **J. Bras. Depend. Quím.**, v.2, n.1, p.30-3, 2001.

SCHENKER, M., MINAYO, M. C. S. **A importância da família no tratamento do uso abusivo de drogas: uma revisão da literatura**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.20, n.3, p. 649-659, 2004.

SCHWARTZMANN L. **Health-related Quality of Life: conceptual aspects**. Cienc Enferm. 2003 Dec, 9 (2):9-21.

SENAD. **VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública e privada de ensino nas capitais brasileiras**. Brasília, DF: Cebrid, 2010. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Peblicacoes/328890.pdf> >. Acesso em 05 de out. 2018.

SIERRA V.M., MESQUITA W.A. **Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes**. São Paulo em Perspec 2006; 20:148-55.

SILVA, Eroy Aparecida; DE MICHELLI, Denise de (Orgs.). **Adolescência, uso e abuso de drogas: uma visão integrativa**. São Paulo: FAP/Unifesp, 2011.

SOARES, Dássia Baldini and JACOBI, Pedro Roberto. **Adolescentes, drogas e Aids: avaliação de um programa de prevenção escolar**. Cad. Pesqui. [online]. 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742000000100010>

SODELLI, M. A. **A prevenção em nova perspectiva: ações redutoras de vulnerabilidade ao uso nocivo de drogas.** *Rev. Port. Int. Saude Mental*, v.9, n.2, p.3-58, 2007.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, R. J.: Editora Vozes, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. 2008. **Overview of Child and Adolescent Health: Adollescent Health and Development.** Disponível em: <http://www.who.int/child-adolescenthealth/OVERVIEW/AHD/adh_over>. Acesso em dez. 2008. In: SILVA, E. A.; DE MICHELI, D. *Adolescência – Uso e Abuso de Drogas: Uma Visão Integrativa.* São Paulo: editora Fap-Unifesp, 2011.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

O QUE EDUCADORES BRASILEIROS PENSAM SOBRE PREVENÇÃO E/OU USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS? UM ESTUDO PANORÂMICO NACIONAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da Pesquisa: O que educadores brasileiros pensam sobre prevenção e/ou uso de álcool e outras drogas? Um estudo panorâmico nacional.

Pesquisadora: Alessandra Mieko Hamasaki Borges

Orientadora: Profa. Dra. Denise De Micheli (Professora Adjunta da UNIFESP)

Prezado(a) colega,

Este é um convite para você participar desta pesquisa realizada por pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo, cuja finalidade é conhecer a percepção dos educadores sobre prevenção do uso de álcool, drogas e temas afins. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP (Nº 2.481.788)

Participando desta pesquisa, você pode receber, **se desejar**, o E-book "*Prevenção do uso de álcool e/ou Drogas: O que educadores precisam saber?*" elaborado pelas pesquisadoras principais deste estudo. Saiba que sua participação é voluntária e anônima.

Você não levará mais do que 8 minutos para responder e sua contribuição será fundamental para nortear o desenvolvimento de programas de prevenção do uso de álcool e drogas no contexto educacional.

Em alguns meses teremos os resultados e conclusões deste estudo e, caso você tenha interesse em saber, entre em contato com Alessandra Hamasaki Borges, email: amhamasaki@hotmail.com.

Todas as informações fornecidas por você são estritamente confidenciais e serão utilizadas exclusivamente para esta pesquisa.

Caso você tenha alguma dúvida e/ou consideração a fazer, entre em contato com os pesquisadores responsáveis: Profa. Dra. Denise De Micheli- Professora Adjunta da UNIFESP (demicheli.unifesp@gmail.com) e Alessandra Mieko Hamasaki Borges – UNIFESP (amhamasaki@hotmail.com).

Desde já agradecemos por sua participação !!!

*** 1. Para participar desta pesquisa, clique abaixo:**

Li os termos acima e estou de acordo. **Quero** participar da pesquisa.

Li os termos acima, mas **NÃO quero** participar da pesquisa.

*** 2. Caso você não queira participar, para nós é importante saber a razão.**

Não tenho interesse neste tema

Não estou com vontade

Estou sem tempo

Não interessa para ninguém o que eu penso sobre isto

Simplesmente não quero participar

Acho que este estudo não levantará dados muito relevantes já que na minha opinião, a maioria das pessoas mentem.

EU ACEITEI PARTICIPAR

Seja o mais sincero possível em suas respostas e lembre-se: os dados são anônimos.E

ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS? UM ESTUDO PANORÂMICO NACIONAL

*** 3. Gênero**

Feminino

Masculino

Outro (especifique)

*** 4. Estado Civil**

Casado(a)

Solteiro (a)

Viúvo (a)

Divorciado (a)

União Estável

*** 5. Tem filhos? Se sim, quantos?**

Não

Sim

*** 6. Qual a sua idade?**

*** 7. Você se considera**

Indígena

Preto (a)

Branco (a)

Amarelo (a)

Pardo (a)

Outro (especifique)

* 8. Você se considera

Uma pessoa otimista

As pessoas me acham pessimista, mas na realidade eu tenho uma visão realista dos fatos

Uma pessoa pessimista

Nem otimista e nem pessimista

* 9. Em que estado brasileiro você mora?

Acre (AC)

Alagoas (AL)

Amapá (AP)

Amazonas (AM)

Bahia (BA)

Ceará (CE)

Distrito Federal (DF)

Espírito Santo (ES)

Goiás (GO)

Maranhão (MA)

Mato Grosso (MT)

Mato Grosso do Sul (MS)

Minas Gerais (MG)

Pará (PA)

Paraíba (PB)

Paraná (PR)

Pernambuco (PE)

Piauí (PI)

Rio de Janeiro (RJ)

Rio Grande do Norte (RN)

Rio Grande do Sul (RS)

Rondônia (RO)

Roraima (RR)

Santa Catarina (SC)

São Paulo (SP)

Sergipe (SE)

Tocantins (TO)

* 10. Qual sua religião?

Católica

Evangélica/Protestante

Espírita

Budista

Candomblé

Umbanda

Judaísmo

Testemunha de Jeová

Não tenho religião

Outra/Especifique

* 11. Qual seu nível de escolaridade?

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino técnico

Ensino superior incompleto

Ensino superior completo

Pós-graduação (Especialização)

Pós-graduação (Mestrado)

Pós-graduação (Doutorado)

Nenhuma das opções acima

* 12. Em qual área você se graduou?

Ciências Biológicas e da Saúde (Ex: Biologia, Enfermagem, Medicina, Biomedicina, Nutrição).

Ciências Exatas (Ex: Ciência da Computação; Física, Química, Matemática).

Ciências Humanas (Ex: Direito, História, Geografia, Pedagogia, Sociologia, Letras).

Ciências Sociais (Ex: Antropologia, Sociologia, Marketing, Administração).

* 13. Há quanto tempo você atua no magistério?

Há menos de 5 anos

Entre 6 e 10 anos

Entre 11 e 15 anos

Entre 16 e 20 anos

Entre 21 e 25 anos

Há mais de 25 anos

* 14. Em qual(is) modalidade(s) você leciona? (*Assinale mais do que 1 opção, se desejar*)

Educação Infantil

Ensino Fundamental I

Ensino Fundamental II

Ensino Médio

Educação de Jovens e Adultos

Ensino Técnico

Ensino Superior

Educação Especial

Outra

* 15. Em quantas escolas (instituições) você leciona?

Em uma

Em duas

Em três

Em quatro
Em cinco ou mais
Atualmente estou desempregado

* 16. De modo geral, você considera a sua rotina escolar:

Ruim
Regular
Boa
Ótima

* 17. Em relação a vida que você leva:

Na maior parte do tempo, me sinto insatisfeito com a vida que levo.
Às vezes sinto-me insatisfeito com a vida que levo.
Sinto-me realizado com a vida que tenho.

* 18. Qual sua renda bruta mensal?

Até R\$ 2.000,00
Entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3000,00
Entre R\$ 3.000,00 e R\$ 5.000,00
Entre R\$ 5.000,00 e R\$ 7.000,00
Entre R\$ 7.000,00 e R\$ 10.000,00
Entre 10.000,00 e 15.000,00
Mais de 15.000,00

* 19. Com relação ao uso de ÁLCOOL:

Nunca bebi
Não costumo beber
Às vezes bebo durante a semana
Bebo somente nos finais de semana

* 20. Ao beber, você costuma tomar:

Eu não bebo
Vinho
Cerveja ou Chopp
Caipirinha
Whisky
Outro tipo de bebida (especifique abaixo)

* 21. A última vez que você ficou embriagado (tomou um porre) foi:

Nunca bebi a esse ponto.
Foi há muito tempo, nem me lembro.
Foi há menos de 1 ano.
Foi recentemente (nos últimos 6 meses).

* 22. Com relação ao uso de TABACO:

Nunca fumei.

Fumei, mas parei.

Fumo diariamente.

Fumo, às vezes.

* 23. Com relação ao uso de MACONHA:

Nunca fumei.

Já experimentei e não gostei.

Fumei quando era adolescente e depois parei.

Nunca fumei, mas confesso que tenho curiosidade de experimentar.

Fumo, às vezes.

Fumo diariamente.

* 24. Com relação ao uso de COCAÍNA:

Nunca usei.

Já experimentei.

Já usei, mas parei.

Uso, às vezes.

Uso com frequência.

* 25. Você acredita que o álcool e a maconha são portas de entrada para o consumo de outras drogas?

Sim

Não

Justifique aqui a sua resposta:

* 26. Você acha que as drogas devem ser descriminalizadas?

Não devem.

Sim, devem.

Somente a maconha deve ser.

Não sei opinar sobre isso.

* 27. Você acha que a legalização das drogas pode aumentar a criminalidade?

Não

Sim

Não sei opinar sobre isso

Justifique a sua resposta:

* 28. Você acha que tem conhecimento para abordar o tema “drogas” com os alunos?

Acho que não tenho conhecimento sobre este tema

Acho que tenho pouco conhecimento sobre este tema

Acho que tenho conhecimento suficiente para falar sobre este tema. Sinto-me à vontade.
Acho que tenho muito conhecimento para falar sobre este tema. Sinto-me seguro.

* 29. Você costuma falar sobre álcool e drogas com seus alunos?

Sim, às vezes.

Sim, sempre que possível.

Não (Justifique):

* 30. Você já participou de algum programa, curso ou treinamento sobre prevenção do uso de álcool e drogas?

Não

Sim

Nome do programa ou curso:

Local (ou nome da Instituição ou Professor responsável pelo curso):

Em que ano foi?

*31. Que material você consulta quando tem alguma dúvida sobre “drogas” ou temas relacionados? (*Assinale mais do que 1 opção, se desejar*)

Eu não costumo procurar nada sobre este tema e/ou temas relacionados

Consulto livros especializados

Consulto Revistas

Consulto Artigos científicos

Assisto Documentários

Consulto algum Material didático

Consulto o Google (internet)

Outra (especifique abaixo)

Outra (especifique)

* 32. Que tipo de providência é tomada pela direção/coordenação da escola ao saber que algum aluno está usando drogas dentro da instituição ou nos arredores? (*Assinale mais do que 1 opção, se desejar*)

Não é tolerada a presença de alunos que usam drogas. Caso a direção saiba de algum aluno com este comportamento, o mesmo é convidado a se retirar da escola.

Caso a direção saiba de algum aluno com este comportamento, nada é feito, pois não interessa para escola o que o aluno faz.

Caso a direção saiba de algum aluno com este comportamento, os pais/responsáveis são chamados para conversar.

Caso a direção saiba de algum aluno com este comportamento, este é chamado para conversar.

Não sei dizer o que é feito

* 33. Você desenvolve algum trabalho e/ou atividade com seus alunos (mesmo que informalmente), com objetivo de prevenir o uso de drogas? (*Assinale mais do que 1 opção, se desejar*)

Sim

Às vezes

NÃO, porque não tenho muito interesse sobre este tema.

NÃO, porque creio que me falta conhecimento adequado.

NÃO, porque não tenho material pedagógico para trabalhar este tema.

NÃO, porque não faz parte do currículo escolar.

NÃO, porque a escola não apoia esse tipo de trabalho.

NÃO, porque a escola não é o lugar ideal para abordar o tema.

NÃO, porque cabe aos pais falar sobre isto.

NÃO, porque acho perigoso falar sobre este tema e receio ser ameaçado.

NÃO, porque não é papel do professor desenvolver este tipo de atividade.

NÃO, porque não me sinto à vontade para falar sobre isso.

NÃO, porque falar sobre este tema pode despertar a curiosidade e o interesse dos alunos.

* 34. Qual a sua opinião sobre a escola/professores realizarem prevenção do uso de álcool e drogas? (*Assinale mais do que 1 opção se desejar*).

Acho que os professores tem atividades mais importantes para fazer, não cabendo a eles mais esta função.

Acho uma má ideia pois os professores já estão sobrecarregados de funções.

Acho que se for uma atividade extra e com adicional financeiro, pode ser viável.

Acho fundamental que os professores se responsabilizem por esta atividade pois eles estão diariamente com os alunos.

Acho que a escola deve contratar especialistas para esta atividade, pois este tema não é especialidade do professor.

* 35. Assinale o quanto você concorda com as frases abaixo:

Não Concordo/Concordo um pouco/ Concordo totalmente

As drogas são devastadoras.

Quem experimenta drogas facilmente se torna dependente.

A dependência de drogas é uma doença incurável.

É possível parar de usar álcool, basta ter força de vontade.

Nem todas as drogas provocam dependência.

Todas as drogas provocam dependência

Se compararmos álcool, maconha, cocaína e tabaco, a COCAÍNA é a mais prejudicial.

Se compararmos álcool, maconha, cocaína e tabaco, a MACONHA é a mais prejudicial.

Se compararmos álcool, maconha, cocaína e tabaco, o ÁLCOOL é o mais prejudicial.

Se compararmos álcool, maconha, cocaína e tabaco, o TABACO é o mais prejudicial.

Não existe uso recreacional ou eventual de drogas. Se usar uma vez, a chance de continuar usando é enorme.

O uso de drogas é um crime e o usuário deve ser punido por esse comportamento.

O uso de drogas deve ser visto como qualquer outro comportamento, sem preconceitos.

A prevenção do uso de álcool e outras drogas é importante.

É ilusão pensar em prevenção do uso de drogas, pois usar drogas faz parte do comportamento humano desde a antiguidade.

Enquanto não houverem medidas verdadeiramente rigorosas e punitivas ao uso de drogas, nada vai mudar.

Os traficantes de drogas não são o problema. O problema são os usuários que retroalimentam esse processo.

Eu acho muito importante a prevenção do uso de drogas, mas sinceramente NÃO ME SINTO MOTIVADO a fazer.

Eu acho muito importante a prevenção do uso de drogas, e ME SINTO MOTIVADO a fazer.

* 36. O que você faria...

Se você flagrasse um aluno fumando maconha dentro do ambiente escolar, você imediatamente avisaria a coordenação.

Se você flagrasse um aluno fumando maconha dentro do ambiente escolar, você o(a) abordaria, convidaria para conversar e ofereceria ajuda.

Se você flagrasse um aluno fumando maconha dentro do ambiente escolar, você fingiria que não viu.

* 37. Na sua opinião, as pessoas experimentam drogas por qual/quais motivo(s)? (*Assinale mais do que 1 opção, se desejar*)

Por Influência de amigos

Para se autoafirmarem

Porque é gostoso

Para impor respeito perante seu grupo

Porque sabem que se forem pegas nada vai acontecer

Por problemas familiares

Devido as más condições de vida

Por Influência de um familiar usuário

Por terem pais liberais e permissivos

Devido ao ambiente a que estão expostos

Pela facilidade de acesso

Porque não tem perspectivas futuras

Porque é um modo de fugir dos problemas

Outro (especifique)